



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2026

Ao sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu presidente, senhor **Rui Celestino dos Santos Cristina**, achando-se presentes o vice-presidente, senhor **Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo**, e os vereadores, senhores, **Ana Cristina Neves Pinto Oliveira**, **Maria Cristina Monteiro Rasquilha Corado**, **Cláudia Cristina Dias Guedelha** e **Rogério Pires Rodrigues Neto**. -----

Participou o vereador senhor **Rui Pedro Dâmaso Borges Gago**, em substituição, nos termos previstos nos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, do vereador senhor **Vistor de Oliveira Ferraz**, que informou da sua impossibilidade de participar na reunião, e cuja falta a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada. -----

Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Nélia da Conceição Palma Lourenço**. -----

Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, pelas nove horas e trinta minutos, deu a Câmara início ao: -----

= AUDIÇÃO DO PÚBLICO =

Senhor presidente: "Muito bom dia a todos, sejam bem-vindos à Câmara Municipal de Albufeira. Vamos dar início então à reunião, vamos começar com a ordem do dia, ou seja, para ouvir os intervenientes. Quero dar a palavra à senhora **Dulciney Max Hayasaka**, faça favor." -----

Dulciney Hayasaka: "Primeiro, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar o senhor presidente que tem muita garra, determinação e força. Continue assim, não desista, seja forte, tamanho não é documento, isso sei eu. Eu tenho um projeto, porque eu escolhi Albufeira, e eu vivo, tenho um imóvel em empresa, em Portimão, mas eu não gosto do PS, eu sou franca, eu amo o Chega. Porquê? André Ventura é igual que eu, fala o que tem que falar, não importa o tamanho. E eu conheço esse projeto, que venho aqui pedir encarecidamente, porque eu já conheço há 45 anos, porque tenho um imóvel em Seixal, e lá tem 45 anos o Julgado de Paz, e eu precisei, a Portimão, a colocar o meu condomínio, que eu tinha já comprado, a Julgado de Paz, e o mais perto que tinha é Castro Verde. Aqui está, Castro Verde é longe, e a senhora de Castro Verde, que tem sobrenome teu, "Cristina", aconselhou a mim. Aí eu pensei, pensei, não, o melhor para mim é Albufeira, porque tem o Chega, e eu dou preferência. E eu quero pedir em todas

as provas aqui, encarecidamente, lute por mim, e eu quero o Julgado de Paz Albufeira, porque quando eu preciso venho cá, certo? E eu não quero que caia no esquecimento, promete-me a mim? À velhinha de 80 anos, promete-me? Diz: "Dona Dulciney Max Hayasaka, eu prometo." Porquê? Porque a recada no Julgado de Paz é tudo da câmara municipal, não é do Governo, não é de nada, tudo o que é recada é daqui, e tem uma coisa. Primeiro, eu sei passo a passo, o senhor também deve saber passo a passo, como faz, certo? Como faz é simples, rápido e económico. Eu agradeço a atenção. Promete-me? Promete? Pode ser daqui a um ano ou dois anos, e eu fico contente. Eu agradeço a todos pela sua educação. Força, sempre."-----

António Xufre: "Bom dia senhor presidente, bom dia senhores vereadores, bom dia senhoras secretárias. O assunto que me traz aqui, são assuntos aqui do centro histórico de Albufeira, nada de grave, mas pronto, são coisas que tem que se resolver. A mim me apraz que tem havido, finalmente, a polícia municipal tem atuado sobre a questão lá da música ao vivo, e tem sensibilizado os executantes, os estabelecimentos, e se tem conseguido alguns resultados. Posto isto, é necessário que a câmara tente resolver o problema das licenças chamadas de LER, porque nós tínhamos ali três ou quatro estabelecimentos que sempre estiveram juntos, sempre tivemos a licença e agora não temos licença, nem temos resposta, e outros estabelecimentos estão a fazer exatamente nas nossas condições. Agradecia se a câmara pudesse, efetivamente, em tempo útil resolver a questão, é essencial. E em termos e horários, nós podemos, efetivamente, funcionar."-----

Senhor presidente: "António, desculpe, está a falar daquilo que se chama o triângulo, não é? Onde vocês estão lá?"-----

António Xufre: "Estou a falar do triângulo, sim."-----

Senhor presidente: "Onde fazem aquela música ao vivo, na rua pública."-----

António Xufre: "Onde nós sempre tivemos a licença LER, portanto, foi uma licença..."---

Senhor presidente: "Licença quê?"-----

António Xufre: "LER, licença especial de ruído."-----

Senhor presidente: "Ah, ok."-----

António Xufre: "A qual foi uma imposição da câmara e nós concordámos e pagámos, e tentamos cumpri-la, e se não cumprirmos, temos de ser alertados. E eu agradeço que haja fiscalização e que a gente possa saber em que termos é que, efetivamente, podemos... Porque nós atempadamente fizemos um requerimento, recebemos uma resposta, depois houve aí uma continuação que se não foi muito..., aproveitando aqui o facto de haver sessões de câmara públicas, eu aproveitei e vim cá. Outros assuntos,



nós começamos agora com a chamada época alta, a época vai chegar até, mais ou menos, outubro. Neste período, há montes de turistas em Albufeira todos os dias, a todas as horas, e a gente tem de saber, estamos a falar de música no período diurno, a chamada música ao vivo, o que se fazia ali no triângulo, no espaço concessionado, é isso que estamos a falar. E tenho aqui uns outros assuntos. Queria falar aqui sobre o acesso condicionado às zonas pedestres que precisa, urgentemente, de ser revisto, porque existem dezenas de veículos, dezenas de veículos privados que andam lá o dia todo, para trás e para a frente, uns são de empresários, outros não. Para além disso, existem a questão das cargas e descargas na Avenida da Liberdade, Largo Engenheiro Duarte Pacheco, 25 de Abril, etc... As cargas e descargas há um horário específico, mas depois acaba por não se cumprir. Os veículos andam lá para trás e para a frente em excesso de velocidade, já houve um atropelamento mortal há cerca de 2 anos, lá na rua do Túnel, é uma coisa triste. E os pedestres merecem, também merecem que haja segurança, uma zona pedestre supostamente é para ser pedestre, não tem outra alternativa. Eu sugiro que, é essencial a colocação de pinos eletromecânicos, que é o que existe nas outras cidades em Portugal, em Braga, no Porto, na Rua de Santa Catarina, em Lisboa, nalgumas zonas, acho que sim, e acho que existem, porque não vejo outra... às entradas e saídas daquelas zonas, porque não vejo outra solução, porque se ficarmos dependentes só da GNR ou da polícia municipal, certamente não vamos, aquilo não vai chegar a bom porto, não é que eles não façam. Chegam lá e multam, as pessoas ficam zangadas, tem que haver um bocado de moralização, e as coisas, acho que as pessoas também aceitam, e se for preciso ir fazer cargas e descargas mais cedo, que se faça, os estabelecimentos têm que estar preparados para essas essas questões. Um outro assunto, o centro histórico está cheio de buracos. É bom que se faça alguma coisa naquelas calçadas já há bastante tempo. É uma situação anormal, perigosa, é para os albufeirenses, e para quem nos visita, dá um bocado a imagem de algum escuro. Já me sondou que há aí uma empresa que vai reparar aquilo, espero o quanto antes, porque já vamos em bastantes meses e é chato se alguém se aleija ali, algum turista, algum munícipe, é uma situação chata. Não tenho mais nada a dizer, para já. Deixo aqui a minha missiva ao senhor presidente, e aos senhores vereadores, e agradeço a vossa disposição para me receber." -----

Senhor presidente: "Senhor António Meireles." -----

António Meireles: "Ora, em vez de vir aqui falar de problemas venho falar de soluções, porque toda a gente vem aqui e faz o seu papel, eu vou tentar fazer o meu, que é tentar um consenso, arranjar entre as pessoas que têm os estabelecimentos, neste caso deste

senhor, entre outros, que têm a música ao vivo, mas também não é só a música ao vivo que está em questão, é o ruído no geral. Há maneiras de conter o ruído e as pessoas ficarem satisfeitas na mesma, quem está a usufruir do espaço e quem habita na zona. Temos, em respeito a equipamentos musicais e tudo, existem equipamentos digitais que é a bateria eletrónica e guitarras, seja o que for, ligado ao sistema da casa em que permite atenuar o som e não prejudicar as pessoas que habitam. Eu acho que enquanto essas normas não foram implementadas, e tentar dar um bocado de formação e educação para quem exerce essas atividades, e quem habita lá, enquanto isso não for resolvido, enquanto isso não for implementado, não vai ser resolvido. Acho que podemos estar aqui a debater durante meses e anos, é uma coisa que é, os instrumentos musicais pode ser comprimido nessa maneira que eu estou a falar, e controlado pelo sistema da casa, em vez dos músicos trazerem o seu próprio sistema que são sistemas um pouco antigos, e um pouco para zonas de ar livre, em termos de festas, não é para bares ou zonas em espaços abertos, populacionais, aquela guerra que há entre bares, cada bar tem a sua música, aquilo é um aglomerado de tanto ruído que nem se percebe o que é que está ali, e nem conseguimos falar e nem desfrutar da bebida, se quisermos conversar com famílias ou com amigos, seja com quem for. Em respeito das estradas, dos carros estacionados e isso tudo, pois continuamos sempre com esse problema que não há qualquer tipo de respeito entre os peões e as trotinetes, os segways, por aí fora, os ubers também param em qualquer lado, e se for preciso em cima das passadeiras também. Acho que poderíamos ter revisto o número de licenças que se dá, porque aqui no verão chegam a estar não sei quantos mil ubers aqui, e vêm pessoas do Norte para aqui, trabalhar, buscar o dinheirinho e depois vão-se embora, e investem noutra lugar, em vez, pronto... Cada um faz o que quer com o seu dinheiro. E outra situação, é as limpezas, realmente as limpezas convém também ter um bocado de atenção a isso. E não falo de policiamento, nem de fiscalidade na baixa, mas uma presença autoritária na baixa, nos pontos fulcrais, dá um certo tipo de segurança e de respeito para quem está lá e abusa, às vezes, da liberdade. Penso que ficava bem nas horas ou nos dias mais fortes, agora na época alta, depois vai ser todos os dias igual. Mas estando lá um policiazinho municipal ou alguma autoridade lá, a dar a sua imagem de segurança, penso que as pessoas vão-se comportar muito melhor, do que vai-se comportar até à data. E ter especial atenção às ruas adjacentes aos bares, que há um enorme tráfico de droga, de contrabando de roupa, e se não houver um patrulhamento, uma caminhada pelas ruas, que nós sabemos que há, as horas são quase sempre as mesmas, nada disso também nos vai dar sossego. As crianças não podem jogar à bola na



rua a uma certa hora, e é motas estacionadas nas ruas adjacentes, eu falo na minha rua que a partir, agora já está, já está duas, três motas em frente à minha porta, e eu é que tenho que andar ali em ziguezague a passar na rua, e não vejo nada acerca disso. Por isso, acho que, pronto, tenho estado a dar soluções, não estou aqui a entrar em guerra com ninguém, mas aquilo que eu vejo é que, custa-me estar a dizer isto, mas é que se não houver, realmente, um meio caminho entre..." -----

Senhor presidente: "Equilíbrio." -----

António Meireles: "O equilíbrio, exatamente, acho que podemos estar aqui durante meses e meses, e vamos estar a criar aqui guerras que não faz sentido. Penso que era só isso que eu queria dizer aqui." -----

Senhor presidente: "Muito obrigado. Marcos Bila." -----

Marcos Bila: "Bom dia a todos. Eu trago aqui umas folhas, porque isto a idade, a idade já não perdoa, e não me quero esquecer de alguns pormenores. Senhor presidente, em seguimento às minhas presenças anteriores, e no que diz respeito aos assuntos de que me venho manifestado, venho novamente ao seu encontro, no sentido de solicitar algumas questões pertinentes. Vamos mudar Albufeira, a lei é para todos. Em relação ao ruído, estou ciente do seu empenho. A reunião do dia 4 de março com os empresários dos bares, parece que como represália dos mesmos, no dia seguinte a poluição sonora ficou pior. A música ao vivo a iniciar-se às 17 horas, com os graves insuportáveis, colunas na fachada do estabelecimento continua. Curiosidade, grande parte dos estabelecimentos passaram a ter karaoke em que o som não está ligado à plataforma, será para taparem o sol com a peneira? A lei do ruído nacional será ou não para cumprir? Quais os db`s? A música ao vivo não terá que estar ligada ao sistema dos estabelecimentos, ou os artistas utilizam a sua sem controlo? A atuação dos mesmos nas portas dos estabelecimentos, e alguns que continuam a atuação na via pública, caso do bar Vegas e não só. O Código de Comportamento e Conduta, no dia 2 de abril pude comprovar transeuntes de tronco nu a passar junto a uma patrulha da polícia municipal, sem que a mesma se manifestasse aos mesmos. Quais são as diretrizes para os mesmos? Por acaso, estes turistas foram a um estabelecimento comercial, e honra seja feita aos proprietários do estabelecimento comercial, não os deixaram entrar enquanto eles não vestissem, não pusessem uma t-shirt. Solicitava quando fosse possível, uma reunião com o senhor presidente na presença de alguns residentes, para melhor análise do processo do ruído. A iluminação na minha rua, é para o senhor vice-presidente, continua sem o upgrade solicitado. O tráfico de drogas está de volta, a qualquer hora, junto à minha porta. Informo que as paredes dos meus imóveis estão disponíveis para

colocação de câmaras de videovigilância, conforme tinha informado ao anterior presidente, doutor Carlos Rolo. Aproveito para indagar qual é o horário dos similares, é até às 24, às 2 da manhã, às 4? Ou non-stop, como os estabelecimentos dos indianos, a originarem que as ruas sejam casa de banho a céu aberto? A nossa saúde pública. E termino com..."-----

Senhor presidente: "Desculpe lá estar a interrompê-lo. Os horários que falou agora foi do quê? Agora tive aqui um delayed."-----

Marcos Bila: "Dos similares."-----

Senhor presidente: "Ah, os similares."-----

Marcos Bila: "Estamos a falar dali dos snack-bares..."-----

Senhor presidente: "Já percebi."-----

Marcos Bila: "E para terminar, em relação à impunidade, a impunidade refere-se à ausência de punição, para aqueles que cometem crimes ou infrações. Este fenómeno não só compromete o sistema, assim como mina a confiança da sociedade nas instituições responsáveis. A impunidade cria um ambiente propício para a repetição de comportamentos de ilegalidade, que gera sentimento de revolta na população, que se sente desprotegida e descrente na capacidade de quem tem de garantir os seus direitos. Há que garantir a punição aos responsáveis pelas suas ações. Muito obrigado."--

Senhor presidente: "Muito obrigado. Senhor Hugo Gonçalves."-----

Hugo Gonçalves: "Senhor presidente, bom dia, senhores vereadores, bom dia, e a todos aqui presentes, bom dia. O que me traz aqui, eu vou passar a distribuir aqui duas imagens, isto é, na rua dos Arcos, tiradas ontem à noite. Isso já é uma situação que dura desde a grande tempestade, das cheias de 2015. Em 2015, quando houve aquelas cheias e aquelas chuvadas, todos os contentores acabaram-se por reunir ali perto da rua dos Arcos, e depois, desde então, sempre assim ficou. Ora, os serviços fazem o melhor que podem, eles vão lá de manhã, vão lá a meio da manhã, vão lá a seguir ao almoço, no início da tarde, à noite, e depois de madrugada, várias vezes. Só que isso continua, senhor presidente, e isso não é um bom cartão de visita que nós queremos ter para os turistas, e muito menos para as pessoas que moram ali, porque logo mesmo em frente aí a esses baldes de lixo, está uma família com duas crianças menores, bebés. E isto, passam ali, a quantidade de ratos todos os anos é uma coisa inacreditável, devem-se juntar daquele edifício que já tem décadas que está abandonado, e acho que isso é um caso que merecia melhor atenção, tem, talvez, de ser reestruturado, porque os negócios também aumentaram, a quantidade de negócios, são mais restaurantes, são mais situações, portanto, o lixo produzido é maior do que uma família produz. Tem que



haver uma solução, não sei qual, isso eu deixo aos senhores para analisar, não vai ser fácil, certamente. Outra situação que me traz aqui, senhor presidente, isto é a questão do ruído, e dos regulamentos e destas coisas todas. Senhor presidente, a população não tem nada contra quem quer trabalhar, independentemente do negócio, seja diversão noturna, seja diurna, as pessoas trabalham, estão a fazer o melhor que podem, só que há limites, tem que haver regras, e é para todos. É para quem mora, é para quem trabalha, é para quem tem um negócio, tem que haver regras, porque senão, isto começamos a andar a tropeçar uns por cima dos outros, e começamos a criar ódiozinhos, e não posso ver aquele, e não posso ver o outro, e isto aqui ninguém está a querer prejudicar ninguém. A única coisa que está aqui em questão é haver um meio termo, e eu estou de acordo ali com o senhor António Meireles, é haver um meio termo. As pessoas querem chegar a casa, para quem trabalha noutros lados, querem chegar a casa, querem descansar, não querem estar a ouvir a música que vem lá do outro lado do beco, por exemplo, a pé do cimo da Igreja Matriz, isto é um exagero. As licenças especiais de ruído que o senhor António Xufre, que por acaso passou por mim, já não me conhece, não sei se lhe fiz algo mal, eu não sei. Senhor António, por amor de Deus... e que foi, por acaso, está aqui um dos empresários que até sempre procurou respeitar mais, é dos que até mais respeita, com muitos anos, ele e o pai dele, de sítios com diversão noturna. O que se trata aqui é, ele mencionou na licença especial do ruído, isso é uma das situações que tem sido um descalabro, porque as licenças especiais de ruído têm sido passadas pelo anterior executivo ou pelos anteriores executivos, como se fossem rebuçados da época. Isto não pode ser senhor presidente, porque, depois, acabam-se sempre por se esticar, e uma pessoa não pode ter uma licença especial de ruído todos os dias, desde março ou desde abril, até o final de outubro, até às 4 da manhã. Eu não sei, António, eu estou-te a dizer aquilo que eu oiço, percebes? Porque se a janela do meu quarto está a vibrar, se a janela do meu quarto está a vibrar com o que vem lá da Meia Laranja, ou seja, da Cândido dos Reis, alguma coisa de errado está. Eu já alterei para janelas triplas e mesmo assim vibram, quer dizer, as pessoas não podem andar constantemente a gastar dinheiro nas suas casas, senão qualquer dia tiram as janelas e têm que meter tijolos, e mesmo assim, o som de certeza que passa, a vibração passa. Senhor presidente, eu peço desculpa de estar a falar assim, porque isto é triste, isto vira cidadãos de Albufeira, contra cidadãos de Albufeira, e não há necessidade. Nós todos vivemos do turismo, e isto tem que haver regras, tem que haver limites e ninguém está a impedir que trabalhem. Trabalhem à vontade, mas tem que ser dentro do espaço deles, se têm que fazer barulho, tem que ser dentro do espaço deles. Isto, o

ruído, não pode ser um bar a produzir barulho pela baixa toda, outro bar a produzir barulho pela baixa toda, mais outro, mais outro, mais outro, e quando nós vamos a ver estão 12, 13, 14, 15 estão a produzir ruído, que até ao pé da escola do ciclo se ouve, dependendo do vento. Isto é uma situação que eu peço, encarecidamente, e posso também dizer desde já, dar aqui uma prova, porque os regulamentos, desde 2016 para cá, enfim, houve aqui umas alterações que não são nada abonatórias. Eu posso, por exemplo, mencionar, em 2013, no regulamento 278, eu espero que tenha imprimido bem, o regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, nesta altura, que isto foi, acho que foi feito pelo professor Rolo, e foi muito bem feito. Diz aqui, por exemplo, o ponto um, no artigo onze: "Aos aparelhos de som no exterior, é expressamente proibida a instalação com carácter permanente, de qualquer aparelho de som no exterior do estabelecimento, nas respetivas fachadas ou nas esplanadas afetas aos mesmos", mas em 2016, este artigo onze, que eu por acaso deixei a folha ali, passou para o artigo nove, e diz que já permitem as colunas nas fachadas, exceto o período noturno. Senhor presidente, até os restaurantes que têm colunas no exterior, e o período noturno vai desde as 11 da noite até às 7 da manhã, eles continuam com música, senhor presidente, e isto ao pé de pessoas que têm a sua habitação que moraram sempre. Como é que pretendem que Albufeira não fique vazia, que eu até há poucos tempos, já houve mais um que não aguentou e que vendeu a casa, e foi-se embora daqui. Quer dizer, isto daqui a pouco, vai crescendo, vai crescendo, vai crescendo, o concelho fica vazio, mas depois quando há eventos ali na zona da Marina já vão para o Facebook queixar-se. Eu, por acaso, eu não sei, contaram-me isto, já ficam todos incomodados nas suas mansões, já ficam incomodados, mas o resto das pessoas que moram ali no centro histórico têm que levar com isto. Isto, senhor presidente, mais uma vez, isto não é nada contra ninguém, eu não tenho nada contra nenhum empresário, que trabalhem, que façam o melhor que podem por eles e pelos familiares deles, mas tem que haver equilíbrio. E é a única coisa que as pessoas já andam há 10 anos ou mais, os habitantes de Albufeira, andam a pedir é equilíbrio. Chega a uma certa hora, o barulho tem que ser reduzido, isto não pode continuar os bares abrirem às 9 da manhã e estarem até às 4 da manhã, senão daqui a pouco, quer dizer, que exemplo é que nós estamos a passar? Os espanhóis estão a acabar com o turismo das bebedeiras e das drogas, e mencionaram ali, senhor presidente, droga, meu Deus. Eu estou ali morar ao pé de dois restaurantes, aquilo estava um casal de estrangeiros a empurrar um carrinho de bebé, e o indivíduo a vender a droga a dois "bifes" ali, a dois ingleses, como se não houvesse nada, ali na rua Direita, na rua do Túnel. Isto não pode ser, senhor



presidente, isto chegou a um ponto que os próprios empresários têm de pensar: "Epá, nós estamos já aqui no limite, nós queremos é turismo bom, bom, famílias que gastem, que fiquem ali a usufruir de um cocktail", não é aqueles que vão ali comprar à garrafeira, para fazer os botellón e as misturas, e depois passam nos bares a beber os shots. Certamente, aqui os senhores devem querer é pessoas que gastem, e não precisa de ser aqueles eventos, aquelas coisas, que um está a meter música por cima do outro. Olha, aquele está mais alto, agora levantam, não pode ser. Tem que haver fiscalização, tem que haver bom senso, acima de tudo, é o que peço a todos, bom senso, inclusive, nós cidadãos que moramos ali, nós não podemos chegar ali e dizer assim: "Agora fechem as casas e desliguem a ficha", não pode ser, a cidade morre. Nós não somos burros, nós temos é colaborar todos uns com os outros, e temos que ser compreensivos, temos que colocar-nos no lugar dos outros, e a perguntar: "Será que eu conseguiria viver aqui nestas condições? Com a música assim, com o barulho assim desta maneira?" Senhor presidente, rever os horários, rever a situação e, por favor, muita atenção às licenças especiais de ruído. Obrigado, um bom dia a todos, e bom trabalho." -----

Senhor presidente: "Senhor Ronny Felipe." -----

Ronny Felipe: "Excelentíssimo senhor presidente, senhores vereadores, senhores técnicos, estimado público, muito bom dia, e muito obrigado por mais esta oportunidade de intervir e contribuir com ideias para o nosso concelho. O meu nome é Ronny Felipe, desenvolvo projetos nas áreas da educação, saúde, cultura e tecnologia, com foco na comunidade, e em especial na juventude. Já tive a oportunidade de estar presente em janeiro, onde solicitei uma reunião com a senhora vereadora, ao qual continuo a aguardar, compreendendo, naturalmente, a elevada agenda, responsabilidades associadas ao cargo. Senhor presidente, o projeto que trago é diferente da maioria das iniciativas existentes no Algarve. Trata-se de um evento interdisciplinar que reúne no mesmo espaço educação, saúde, cultura, tecnologia, com o objetivo de promover o empreendedorismo juvenil comunitário. Mais do que um evento, esta iniciativa pretende abrir espaço para o diálogo sobre os desafios atuais como a habitação, que é hoje um tema central, mas, acima de tudo, pretende mostrar aos jovens e à comunidade que também podem ser parte ativa da solução, ou seja, para além de aguardarmos apoio institucional, queremos demonstrar que é possível mobilizar a comunidade e criar impacto através de iniciativas próprias. Gostaria também de começar por agradecer ao município de Albufeira pela cedência do espaço, para a realização do evento que terá lugar no próximo dia 16 de abril, no auditório municipal. Este evento já conta com a participação de várias associações locais de grande relevância, nomeadamente, Santa

Casa da Misericórdia, Associação C.A.S.A., Apoio aos Sem-abrigo, APAV, Albufeira no Coração, Rotary Club de Albufeira, Associação Soul, Associação Luel, Academia de Dança de Albufeira, Associação Alegria do Leste, entre outras. Senhor Presidente, estas associações aceitaram participar mesmo sem garantias de casa cheia, o que demonstra claramente a confiança e o valor que reconhecem nesta iniciativa. O valor do bilhete é de 7 euros e meio, sendo que parte dessa receita será canalizada para apoiar estas associações que desempenham um papel essencial na nossa comunidade. No entanto, sabemos que existe ainda uma baixa adesão aos eventos educativos em Albufeira, e não só. É precisamente por isso que venho solicitar o apoio do município, nomeadamente, através de aquisição de bilhetes que poderão ser distribuídos a jovens e membros da comunidade, garantindo assim maior inclusão e participação. Porque, senhor presidente, um evento com impacto fortalece não só quem organiza, ou quem participa, mas também a imagem do próprio concelho, como uma comunidade ativa, envolvida e com visão de futuro. Acredito verdadeiramente que, com o apoio do município, podemos transformar este evento num exemplo positivo, do que é possível construir quando existe colaboração. Antes de terminar, senhor presidente, gostaria também de lhe endereçar um convite especial, para estar presente neste evento, no dia 16 de abril. Seria uma honra para nós poder contar com a sua presença e, se possível, com uma breve intervenção sua dirigida aos jovens e à comunidade, como forma de incentivo e valorização deste tipo de iniciativas. Acreditamos que a sua mensagem teria um impacto muito positivo, reforçando a importância da participação cívica, do empreendedorismo e do envolvimento dos jovens, na construção do futuro do nosso concelho. Ficaremos, sem dúvida, muito honrados com a sua presença. Muito obrigado, senhor presidente." -----

Senhor presidente: "Muito obrigado. Senhora Cesaltina do Carmo."-----

Cesaltina do Carmo: "Bom dia, como já é do conhecimento, saber o que é que se passou com a reunião que houve há um mês atrás, com os empresários, porque eu, na minha casa ainda está tudo na mesma, ainda está tudo na mesma, até às 4 da manhã. Anteontem à noite, era 5 e 20, eu ia-me deixando dormir, porque antes das 4 não consigo, ia-me deixando dormir e começo a ouvir o batuque e as minhas janelas a vibrarem. Abro a janela, venho à janela, abro a janela e lá estava a música a cantar outra vez, era 5 e 20. Até às 4.. e então eu venho saber qual é a impressão dos empresários. Haver um bom senso entre os empresários e os moradores? Qual? Qual é um bom acesso que eu tenho que fazer? Não sei. Só quero pedir que, para me acreditarem em mim, que me mandem uma medição à minha casa que estou disposta,



para se juntar à outra que eu tenho lá atrás, lá, guardada. E agora continua na mesma ou pior ainda. Eu estou de acordo com todos os que falaram sobre o ruído, porque é realmente verdade, e então estou aqui. Sei que na minha rua sou eu a única que estou aqui, mas é assim, uns são donos das casas, não se vêm queixar, outros vão-se embora, vendem as casas e vão-se embora, outros alugam a gente da noite, outros têm as casas fechadas e não coiso..., porque ainda no dia que eu vim aqui, dois empresários falaram comigo e disseram-me: "Amanhã, vamos lá.", e eu disse: "Sim, vocês vão lá amanhã, pois eu fui lá hoje." Falei com um que está lá: "Tens aí cinco apartamentos, vê lá se tu vens para aí dormir com a tua mãe, a tua irmã, ou tu vens para aí dormir? Não, não vens". E ela disse: "Tem razão?". Tem razão, sim senhor, mas estou a pagar os meus direitos e as minhas contribuições". Pois eu também pago as minhas, mas só pago as minhas contribuições, não posso pagar mais nada. E então é isso que eu venho pedir, para que vejam, porque eu estou exausta, eu estou exausta de não poder estar na minha casa. Agora tenho as janelas fechadas, e quando tiver abertas? De verão, que não se pode lá estar? É isso que eu venho pedir. A minha porta está aberta, para irem fazer uma medição, e agradeço muito que me vão fazer, porque eu sei que a câmara tem, porque já lá foram à minha casa e eu sei que a câmara tem para fazer. E então é isso que eu venho pedir. Outra é, a rua continua na mesma, os meus buracos lá na rua, o meu marido já estragou lá um pneu do carro e, é na Travessa Antero de Quental, eu não me identifiquei, porque, como já me conhecem, já falei com o presidente da junta, mas está tudo na mesma, na mesma. Eu não sei, venho pedir ajuda, já há bastantes anos que venho pedir ajuda, ninguém me ajuda sobre nem o ruído, mas o problema o maior agora é, não sei, já há muito tempo que eu tenho pensado, e se calhar terei que fazer a ver se me ajudam, chamar a comunicação social lá, para ver se há alguém que me ajude, porque eu estou exausta, isto é, muitos anos, muitos anos. Agradeço. Obrigada e que me atendessem ao meu pedido." -----

Senhor presidente: "Muito obrigado, dona Cesaltina. Senhor Paulo Serrano." -----

Paulo Serrano: "Muito bom dia, senhor presidente, senhores vereadores. O meu nome é Paulo Serrano, sou vendedor ambulante e estou aqui a representar a Associação de Feirantes do Algarve. O tema que me traz aqui, a questão que me traz aqui é sobre o mercado quinzenal de Albufeira que fecharam há cerca de um ano, um ano e meio mais ou menos, e nunca mais nos deram respostas, com a anterior presidente, a anterior direção, e esta continua igual. O que me traz aqui, a mim e às outras pessoas, é trabalho, e nós queremos trabalhar. Por isso, reza a história, é assim, eu sou de etnia cigana, mas nem só os feirantes são de etnia cigana, temos de várias nacionalidades, e

nós todos queremos trabalhar, e porque nós temos famílias para sustentar, nós pagamos os impostos, também pagamos impostos e queremos trabalhar. Então, aqui o que é que se está a passar? É o seguinte. Há cerca de um mês eu falei com a vereadora que está nesta questão dos mercados e feiras, e ela disse-nos que a terceira semana de abril ia ser reaberto o mercado, mas iam ter uma reunião, e para mim ligar a semana a seguir. Eu liguei na semana a seguir, e a secretária da vereadora em questão disse-nos que ia reabrir o mercado no dia 17 de abril, acho que é 17, a terceira semana de abril. E depois eu liguei e a senhora disse que sim, ia abrir. E depois eu perguntei, e então quando é que é o sorteio? E ela disse, aquilo não tem sorteio. Eu acho que está mal, tem que haver sorteio, tem que haver. É assim, nós somos feirantes, mas existe regras, certo? Existe regras para tudo. É um trabalho digno, é um trabalho como qualquer um, onde existe regras e nós queremos manter esta regras. É assim, tem que haver um sorteio, e depois eu liguei outra vez para cá, e disseram-nos que já não ia haver mercado, que não ia haver nada. Nós queremos uma resposta da direção, da presidência, da vereação, se vão continuar a fazer o mercado ou não vão. Nós só queremos saber se vão ou não vão. Porque é assim, não vale a pena estar a empurrar com a barriga, é mais para a frente, é depois, o terreno está pronto. O terreno está pronto, já há um ano e tal que está lá pronto. O porquê que não avançou com o resto? O porquê que não acabam com o resto e organizam aquilo? Porque aquilo, o mercado de Albufeira, que eu me recorde, tenho 51 anos, desde que eu me conheço por gente, eu faço este mercado, e o que é que acontece? Não é só para os turistas, mas é uma grande visão para o turismo. O mercado de Albufeira, a nível nacional e mundial, é muito conhecido, porque tem muito estrangeiros, e que nós, é uma coisa bonita, tanto para a comunidade, como para a cidade, e para todos nós. Agora, nós queremos é trabalhar, nós estamos a procurar os nossos direitos, gostaríamos de saber da presidência, da vereação, o que é que vocês têm para nos dizer. Nós estamos sem respostas, nós não sabemos de nada, nós ligamos para os rapazes que trabalham lá e eles não sabem de nada. E pronto, basicamente é isso, nós gostaríamos de saber, senhor presidente, se houvesse alguma resposta sobre isto, está bem? Obrigado." -----

Senhor presidente: "Obrigado. Senhor Manuel Fernandes." -----

Manuel Fernandes: "Bom dia a todos. O que me traz aqui, senhor presidente, é não só o ruído, como é o acesso à praia, como está aí escrito. Eu vivo em Albufeira desde 64, eu nunca vi Albufeira neste momento, vou para a parte negativa, com o barulho que existe, e na parte positiva, com a limpeza que está a existir em Albufeira, como já referi de outras vezes. Um dia da minha vida, assemelha-se ao dia da vida de Ivan Ivanovich."



Ontem, acordei às 8 horas da manhã a arrumarem as cadeiras do bar Bitoque, passa um Tuk-tuk, um grito, passa um táxi, comigo, um grito, vêm as botas, saio da rua vou para a praia. Agradeço imenso o que estão a fazer na praia. Venho da praia, almoço, geralmente eu vou dormir um pouco depois de almoço, saio para a rua, vou para a Meia Laranja. Assisto ao negócio dos ciganos a vender malas, perfumes e droga, é só sentar na Meia Laranja e vejo o esquema que está montado. Dois a controlar o acesso ao túnel, outro a controlar o acesso aqui às escadas elétricas e a vender. Venho para casa, há o jogo de cartas, não posso dormir, tento descansar, o intervalo lá descanso um pouco. Vem o Benfica, levo com o Benfica que vence. Há discussão sobre aquilo, todos sabem o que é que se passa, janto, adormeço um pouco. Eram 2 e meia da manhã, acordo, e isto acontece todos os dias. Acordo, tenho que tomar um comprimido para dormir, drogar para dormir, abro a janela, olho para baixo, acalma um pouco. Eu vivo no primeiro andar, mesmo em frente ao Bitoque. Tento descansar um pouco, adormeço ali uns minutos ou meia hora, não sei. Eram 5 para as 3 da manhã, discussão em frente do Bitoque, abro a janela, nada acontece. Conclusão, 5 para as 4, acaba o barulho. Às 7 horas, vêm abrir a porta e põem as mesas outra vez a fazer barulho, que raio de vida eu tenho. Tenho 80 anos, eu quero morrer em paz. Eu quero sossegar os dias da minha vida, não posso. Agora, o acesso à praia. Eu tenho um animal, é a minha companhia, eu pedia a vós todos que considerassem haver um espaço para isso é opinião minha e de muitos, principalmente residentes em Albufeira, um espaço para que nós podemos, pelo menos até às 9 e meia da manhã, dar um passeio com os nossos animais. Agradeço imenso. E há mais coisas, à próxima eu estou aqui. Passem bem." -----

Senhor presidente: "Obrigado. Senhor Mário Lourenço." -----

Mário Lourenço: "Novamente bom dia a todos. Senhor presidente, é a primeira vez, eu sou de São Bartolomeu de Messines, mas há muitos anos que familiares meus têm investimentos turísticos aqui, é só para uma referência pessoal, e esta foi a minha praia de infância, do tempo em que não havia ainda transportes de Messines aqui para Albufeira. Portanto, já tenho uma propecta idade, mais de 70, não parece, mas tenho..." -

Senhor presidente: "Parece mais novo." -----

Mário Lourenço: "O que me trouxe cá hoje, como primeira vez que venho a uma assembleia ou uma reunião de câmara pública, foi talvez a curiosidade, porque, de facto, a minha atividade cívica tem sido mais feita no concelho de Silves, embora eu tenha residência aqui nos Olhos de Água, do que em Albufeira, mas chegou o tempo. Houve uma mudança política na câmara, e eu não vou fazer encómios nenhuns sobre a matéria, o que me traz aqui não é a política dos partidos, é..." -----

Senhor presidente: "É as pessoas."-----

Mário Lourenço: "É as pessoas e os direitos de cidadania, como aliás aqui se viu. Eu enviei-lhe ontem um e-mail, e não vou falar muito sobre isso, vai ter oportunidade de o ler, sobre o que se passa na estrada municipal 1352, do Purgatório até Tunes, ou até aos limites do concelho, se quiser, porque depois é Silves. Aquilo é uma rampa de alta velocidade senhor presidente, e não se entende como é que o anterior executivo ou, enfim, a divisão de Obras e Trânsito põe lombas na zona dos Matos, para reduzir a sinistralidade e a velocidade, e na pior rampa, que é a descendente do concelho, nada. Ou seja, no cruzamento para a Guiné, para o Jogo Ruivo e para o caminho agrícola das Gateiras, ou seja, nos limites do concelho, eu tenho uma propriedade aí, estou na fronteira. Eu saio da minha propriedade e entro no concelho de Albufeira, tenho os abastecimentos de água e de esgotos do concelho de Albufeira, como vê, tenho os dois pés no concelho. E assisto periodicamente a acidentes, não se entende, além de nós sermos da mesma profissão, enfim, sou de outra especialidade, não entendo como é que foram vistas curtas na prevenção rodoviária, não levando lombas redutoras de velocidade, porque o limite que lá está é de 50 quilómetros, e ninguém cumpre, aquilo é uma rampa de alta velocidade, para ciclistas, automóveis, camiões, e etc. Já lá estou ou já tenho aquela propriedade desde os princípios dos anos oitenta, era asfaltado no concelho de Silves, não havia corridas. Agora, o Algarve passa à porta da minha propriedade. Portanto, o senhor presidente vai, com certeza, ou o senhor vice-presidente, quem tem o pelouro, embora eu seja das Ferreiras e a gente se conheça daí, vai, com certeza, ter em conta que a minha chamada de atenção, entraram pela propriedade adentro a semana passada, um automóvel, destruiu-me parte da rede. Mas eu estou mais preocupado é, de facto, que comecem a morrer ali pessoas, porque com o asfaltamento aquilo tornou-se uma via de penetração no IC1, de camiões TIR, etc., e, portanto, é preciso ter em atenção a isso. O segundo ponto, que não lhe escrevi, é por aquilo que aqui foi dito. Senhor presidente, eu vim para esta praia nos anos sessenta, princípios, ainda não havia o turismo de massas, e recordo-me de ter discutido com os meus primos, o Vítor e o Joaquim Manuel, no tempo em que eles tinham responsabilidades políticas do turismo, e eu era mais jovem, ter discutido que Albufeira estava morta, morta em termos de dinamização cultural, e discutia, e diziam eles: "Épá", como empreendedores turísticos e não só, "Épá, nós não queremos transformar Albufeira em Benidorm, não queremos um turismo de massas". Era o argumento do outro lado, o argumento político e dos empreendedores, e eu como jovem que conhece Espanha quase tão bem como Portugal dizia: "Pá, mas nós temos que



aumentar o turismo em Albufeira, sobretudo, porque Albufeira no inverno está morta." E agora está morta outra vez, e eu que tenho aqui residência devo dizer-lhe, isto é uma experiência pessoal que, aliás, todos trouxeram. Eu não faço já turismo em Albufeira, prefiro ir para Lagos, os empresários vão a Lagos, mas tem mais calma, tem o turismo de qualidade, vão lá. Vão à marina, eu dou exemplos daqui, mas há dias estive, vim de Chipiona, que é uma cidade bonita, da foz do Guadalquivir, onde estive a passar estes dias da Páscoa, milhares de turistas, não há nenhum restaurante, nem hotel com som para a rua. Benidorm transformou-se, Balcón onde estive também no Natal, não tem nada do que se passa em Albufeira, tem um turismo de qualidade, que vai para lá americanos, ingleses com dinheiro, não preciso de andar a embebedar nem a drogar. Isto é, enquanto os espanhóis reverteram a sua política de dinamização cultural e alteraram a qualidade turística, nós regredimos. E o que temos aqui em Albufeira é matar a galinha dos ovos, não se entende e, portanto, como os empresários ou ditos empresários também não entendem, não percebem, é o lucro imediato. Tem que haver regras, tem que ser o poder político, quem tem a liderança e o voto que tem que agir, e pôr na ordem ou tentar pôr, isso não vai de um dia para o outro. Eu não venho aqui fazer demagogia, mas tem que se impor regras, porque estão a destruir Albufeira, estão a destruir o turismo no Algarve, é preciso ir ao estrangeiro e ler o que é que diz dos portugueses e do Algarve, em particular, é preciso. E estão a destruir Albufeira, não é admissível o que se está aqui a passar, e já foi aqui relatado, eu não vou repetir. Os empresários, o que se passa aqui relativamente aos Ubers, aos tuk-tuks e etc., é algo que também, são vendedores ambulantes de droga, alguns deles, não direi todos. O que se passa nas ruas também aqui foi mencionado, toda esta engrenagem do barulho, das Ouras e das baixas e etc., está a degradar a imagem de Albufeira. Vejam isso, não são só os cidadãos, os residentes que se vão embora, que vendem as casas e esvaziam. E o poder político, o anterior foi o que foi, e eu não vou falar sobre isso. Conheci as pessoas e bastantes vezes, nunca fiz uma intervenção, digamos, como cidadão, é a primeira. Provavelmente, virei aqui mais vezes, vai ter-me à perna, vai ter-me à perna, e descansem, porque nós cidadãos temos o dever, não é só o direito, o dever de vir aqui dar o apoio ao executivo para ter força, para tomar medidas, e os senhores têm que ter essa força para tomar as medidas, custe o que custar. Porque sabem porquê? Está em causa os cidadãos de Albufeira, os empresários sérios de Albufeira, e não os especuladores. Muito obrigado, senhor presidente." -----

Senhor presidente: *"Muito bem, muito obrigado pelas vossas questões, intervenções. Cabe-nos a nós, agora, responder." -----*

Manuel Fernandes: "Na rua António Aleixo deixaram dois contentores que não têm tampa, é um paraíso para as gaivotas." -----

Senhor presidente: "Começar por responder aqui à Senhora Dulciney Hayasaka, relativamente aos Julgados de Paz. Eu, antes de ser presidente da Câmara de Albufeira, fui vereador da oposição em Loulé, eu próprio apresentei a outro executivo da Câmara Municipal de Loulé, um projeto que se chamava Julgados de Paz, porque eu acredito, e sei que há muitos exemplos desses pelo país, e que faz todo o sentido que os municípios o tenham, ou seja, estamos a falar de tribunais de proximidade, para resolver conflitos civis de menor complexidade. Isto vai ajudar muito as pessoas, os munícipes, e mesmo quem não é munícipe do município. Agradeço-lhe que me tenha reavivado a memória trazendo esse assunto..." -----

Dulciney Hayasaka: "É que no Algarve não tem."-----

Senhor presidente: "Muito bem, eu já percebi. Não lhe vou dizer que será num mês, nem dois, nem em três, mas nós iremos implementar, iremos fazer o percurso para implementar, está bem. Muito obrigado, pela sua intervenção."-----

Dulciney Hayasaka: "Porque eu escolhi Albufeira, porque tem que ter, porque no Algarve inteiro não tem. Eu acho que merece." -----

Senhor presidente: "Merece sim, muito obrigado." -----

Dulciney Hayasaka: "E eu fico feliz. Agora, só uma coisa que eu captei mal. As pessoas aqui falaram de droga, Portimão é pior do que aqui. Porquê? Portimão vendem droga a céu aberto, é pior."-----

Mário Lourenço: "Minha senhora, isto não é um café, peço desculpa." -----

Dulciney Hayasaka: "Você fala mal de Albufeira, então vá a Portimão."-----

Senhor presidente: "Muito obrigado. Agora, aqui houve várias intervenções que incidiram sobre o som, vou tentar responder a todos, relativamente a isto. Vou começar pelo António Xufre, onde faz a referência que a polícia municipal tem atuado, mas a questão é que nós ainda nem começamos, efetivamente, a atuar. Eu espero da parte da polícia municipal uma ação mais forte e mais incisiva, do que aquela que tem vindo a ser feita. Sabemos que só temos nove efetivos, precisamos de mais, agora vão ter formação, dentro de um ano teremos mais outros, esperemos que no mínimo, mais dez, e aí o poder de atuação será, claramente, outro. Relativamente à licença especial de ruído para aquele triângulo, que vocês chamam triângulo, é algo que ainda vai ser equacionado, e vamos pensar para lhe responder efetivamente, como é que será a melhor maneira, porque isso é algo que tem que ser avaliado, porque já percebemos, está aqui à vista de todos o que se está a passar, tanto na baixa, como na Oura. Algo



que eu vos posso dizer, nós fomos eleitos, eu sei que isto já parece quase como uma desculpa, há quatro meses e algumas semanas, e a questão é que nós estamos a preparar um regulamento, e não vale a pena ficarem alarmados, nem vale a pena começar a mandarem-me mensagens, nem vale a pena marcar reuniões, "Ai, eu quero ver o regulamento." Nós, no tempo e no momento certo, será publicado, falarei com os vereadores, com os vereadores de exercício do poder, como os da oposição, para dar os seus contributos, falaremos, tentaremos, reuniremos, porque temos que avançar, tem que haver coragem para se avançar para o novo regulamento. Um regulamento que seja equilibrado, que não prejudique, foi aquilo que eu ouvi aqui e gostei de ouvir, que haja um equilíbrio para quem tem o negócio, mas também para quem cá vive, porque eu não posso admitir ter aqui um senhor como o Manuel Fernandes, faz intervenção destas que mexe com qualquer pessoa. Não podemos estar a tirar às pessoas esta qualidade de vida, mas também entendo que as pessoas têm que ganhar, que os donos dos bares também têm que ter a sua faturação, mas não pode ser em prol ou em detrimento da qualidade dos outros. E nós estamos, tem que ser feito aqui um regulamento, um regulamento que não é fácil, este regulamento é um regulamento complexo, onde temos que balizar, muita coisa tem que ser balizada, o ruído tem que ser balizado, temos que, realmente, efetivar quais são os decibéis, porque não podemos ter bares com os decibéis "X", e o outro bar ao lado, parece em competição, mete mais dez decibéis para atrair mais pessoas, isto as regras têm que ser para todos. Ou seja, para que todos os bares estejam em pé de igualdade, para que não haja aqui a dizer que estamos a favorecer uns, em detrimento de outros, porque isto não há munícipes de primeira, nem munícipes de segunda. Mas para isso acontecer o regulamento tem que dizer, tem que haver sonómetros, tem que haver microfones a detetar, e vou ter que vos levantar o véu relativamente a uma coisa. Eu não me interessa o som que está lá dentro do bar, o que me interessa é o que sai da fachada para fora, é esse som que tem que ser medido, é o que sai da fachada para fora, é esse som que tem que ser medido e tem que ser respeitado. Há bares que estão preparados, fizeram mais investimento, podem ter, se calhar, até noventa e nove decibéis ou cem decibéis, o que me interessa é o que sai da fachada para fora. Falo como engenheiro civil, tenho aqui outro aqui na mesa, e é assim que nós pensamos, tecnicamente, porque o que interessa, há bares que podem aguentar noventa e tal decibéis, há outros que têm menor investimento, só podem ter setenta e tal decibéis, porque à fachada, o que interessa é o que sai à fachada, e é aí que nós vamos ter que jogar, vamos ter que ver o que é que é exequível para outros. Mas também sabemos, para fazer o regulamento, isto é tudo muito bonito, esta conversa é

muito bonita, nós sabemos que o regulamento tem que, para já, tem que vir à reunião de câmara, tem que passar na reunião de câmara, tem que ser acordado por todos, que eu gostava que todos os vereadores, gostava que houvesse um voto positivo de todos, mas para que isso aconteça têm que ser envolvidos, por isso é que vos chamarei para nós falarmos internamente, relativamente a este regulamento, se concordam, se não concordam. Depois, irá à assembleia municipal, terá 30 dias antes da assembleia municipal, consulta pública, vai a consulta pública 30 dias, onde todos vocês terão toda a oportunidade de dar os vossos contributos, e depois é que irá à assembleia municipal. Ou seja, isto é algo para demorar, no mínimo, 2 meses, 2 meses e meio." -----

Cesaltina do Carmo: "É mais um ano." -----

Senhor presidente: "Sim, mas temos é que começar a fazer, se nós não começarmos a dar o pontapé na bola para a frente, nunca mais se anda. Depois, é claro que nós, como executivo poderemos, poderei trazer à reunião de câmara também algumas medidas, poderei fazê-lo enquanto esse regulamento não estiver aprovado, e teremos que fazê-lo, terá que haver limitações. Como é que correu a reunião com os proprietários bares? Senhor Xufre, não me leve a mal, mas eu fui lá para ouvir, e eu acabei por ter que lhes dizer. A câmara investiu quase meio milhão de euros, o ano passado, na "Noite Segura", quatrocentos mil euros, com IVA, é um bocado pesado, não é? Esta é uma câmara que tem muitos gastos, como nós sabemos, isto tem que começar a haver aqui uma estrada de dois sentidos, tem que haver aqui uma participação também da parte do privado, isto não é só a câmara se chegar à frente, vá, vamos lá colocar aqui a GNR, 100.000 euros, mais IVA. Isto é só um exemplo, números, não quer dizer que sejam os valores exatos. A Cruz Vermelha, 100.000 euros, não leva IVA, bombeiros, 100.000 euros, mais IVA. Estamos a falar, aqueles das baías, os miúdos das baías, foi outros 100.000 euros. Ou seja, estamos a falar de quase meio milhão de euros, estamos a falar de meio milhão de euros, ou seja, vocês percebiam bem o esforço que isto é feito, por parte do município. E o ano passado, se nós quisermos começar do início, não vão ser 400.000, vão ser 700.000, é para vocês perceberem aqui a magnitude da coisa, ou seja, vai ter que haver regras, eu peço imensa desculpa. Eu tenho imensas pessoas, proprietários dos bares, tenho imensas pessoas também, amigos que também vivem aqui, mas isto tem que ser bom para todos. Não vale a pena pensar de outra maneira, isto tem que ser bom para todos, e nós não vamos resolver as coisas de um dia para outro, mas vamos começar a andar, estamos a começar a andar, e já estamos a analisar a situação, e estamos aqui e já estamos avançados relativamente ao regulamento, já tenho pessoas a trabalhar nisso, também tem lá parte das minhas ideias. Agora, relativamente àquilo que o senhor



Bila falou, no final da reunião vamos marcar aqui uma reunião, porque eu ouvi os bares, também tenho que ouvir as pessoas, isto é uma balança, não é? É para um, é para outros, é assim, só assim é que faz sentido. O que é que eu vos posso dizer mais sobre esta situação? Não, nós não queremos ser Benidorm, nós não podemos ter bares com colunas para a rua aos altos berros, e ter outros mais baixo. Tem razão, lá em baixo há buracos nas calçadas, já passei lá há 3 semanas, nós tínhamos um procedimento de 250.000 euros para calçadas, não havia cabimentação, agora conseguimos. Acho que na próxima semana, espero eu, falta assinar o contrato para começarem a reparar os buracos de calçada, parece uma coisa de terceiro mundo, mas é a realidade. Temos de começar a reparar os buracos de calçada, porque é inadmissível, não é só na baixa, é noutras partes da cidade, e estamos a trabalhar nesse sentido, porque este é o nosso trabalho, nós fomos eleitos para isso. O António Xufre também falou no acesso condicionado às zonas pedestres. Sim, como sabem houve um plano de mobilidade, em 2019 foi apresentado, nós já chamamos cá a empresa, pedimos um update, um refazer desse plano, porque já tinha, praticamente, 7 anos, e está a ser readaptado. Nós, e eu concordo plenamente que se tenha que colocar pilaretes eletromecânicos, só que não vamos fazer isto ad-hoc, isto tem que ser uma coisa planeada, não é chegar, cada pilarete desses tem um investimento também levado. E depois, não é só colocar o pilarete, esse é que está o problema, a questão não é colocar, quem é que vai gerir aquilo? Vai-se dar uma chave aos moradores? Vai-se dar uma chave aos proprietários? E depois, cada um começa a copiar chaves e passado uns tempos, já aquilo é como se não houvesse pilaretes para ninguém? Vamos pagar a um vigilante para lá estar? Vamos pagar a um vigilante para estar um em cada pilarete? Vocês têm que perceber como é que isto vai funcionar, porque isto não vou pôr um pilarete, lá na baixa tinha que colocar, quê? Tinha que colocar uns sete ou oito pilaretes, no mínimo, e temos que ver qual é os custos indexados a isso, e como é que vão ser controlados." -----

António Xufre: *"Pode retirar alguns ao trânsito também." -----*

Senhor presidente: *"Sim, exatamente, aquilo tem que ser feito e esse plano de mobilidade reorganizado. Esse plano de mobilidade, estamos à espera disso para, efetivamente, fazermos ali a diferença, porque é inadmissível que as descargas continuem a ser até ao meio-dia. Eu não posso admitir passar ali a pé, há uma da tarde ou duas, e estarem a fazer descargas, não pode ser. E depois vêm-me dizer: "Ah, o homem.", não me levem a mal o que eu vou dizer, "A marca, o Garcias ou a Soares só pode vir a esta hora", epá, eles que se orientem. Tem que haver um horário para, realmente, haver cargas e descargas, senão isto é uma desgraça, e ninguém vai cumprir,*

se nós não tivermos mão-de-ferro, ninguém vai cumprir nada. Isto tem que se cortar, se não vai a bem, vai a mal, no bom sentido, não é, relativamente a isto. Os Ubers, foi aqui falado de Ubers, o António Meireles, porque outras pessoas também falaram no Uber, não foi só o senhor António Meireles. No passado, tentou-se suprir o acesso dos ubers, foi à assembleia municipal, houve ali uma convulsão, porque nós não podemos limitar as licenças, não somos nós que emitimos as licenças, é diferente dos táxis, vamos ter que fazer algo sobre isso, sem sombra de dúvida. Não podemos mexer nas licenças, vamos ter que ter coragem política para limitar as zonas de acesso, e podem aparecer aos 20, aos 30, aos 40, porque vai acontecer, se houver essa parte, se os partidos também da oposição, que nós não temos maioria absoluta, assim o quiserem, é assim que nós vamos fazer. E essa medida vai ter que ser tomada antes do verão, relativamente e isso..." -----

António Meireles: "Posso colocar uma questão senhor presidente? Em relação à colocação do Uber numa zona residencial. O que é que isso foi provocar? Foi provocar que os ubers, as pessoas às 4, 5 da manhã iam para os ubers nessa zona e defecavam, urinavam, faziam um barulho mesmo junto à rua dos Telheiros que é já uma zona habitacional. Eu sofri muito o ano passado com os ubers, ou seja, acho que o Uber só tem que vir à baixa recolher e ir-se embora, não tem que ficar lá." -----

Senhor presidente: "É isso, mas eu concordo com isso, eu concordo com isso. Eu tenho um pensamento sobre isso, eu concordo sobre isso, concordo consigo. Relativamente aqui ao lixo, aqui o senhor Hugo Gonçalves, isto realmente é vergonhoso, isto envergonha-me, sinceramente." -----

Senhor vice-presidente: "O lixo, nós pensávamos que já estava mais controlado, tínhamos falado com a empresa e estávamos a tentar, até reforçámos lá os contentores do lixo, estava só um, começámos a pôr dois e, por acaso, pensava, não tinha conhecimento que aquilo tinha voltado ao mesmo. Se calhar, temos que acionar uma hora ou descarga só do lixo, uma hora para o camião passar por lá, obrigar as pessoas a fazerem descargas, como já há em muitos sítios, um horário." -----

Hugo Gonçalves: "É que a questão, é que o camião do lixo já passa lá, se calhar, umas 8, 9, 10 vezes." -----

Senhor presidente: "Já passa lá 8, 9 vezes?" -----

Hugo Gonçalves: "Por dia, já passa lá 8, 9, 10 vezes por dia. A questão é que houve um conjunto de situações que, nos últimos 10 anos, foram sendo contributivos para esta situação. Como eu disse, isto começou-se a verificar a partir das chuvas de 2015. Aqueles contentores que ali estão, que são 5, esses contentores estavam espalhados ali



à volta, um estava, por exemplo, na Igreja Matriz, onde agora meteram um lugar de cargas e descargas, havia mais dois, salvo erro, mais lá para cima, ao pé do Museu Arqueológico, e tudo ficou ali concentrado."-----

Senhor vice-presidente: "Havia um na igreja, na rua da Igreja quando se descia."-----

Hugo Gonçalves: "Exatamente. E isto, em conjunto com mais abertura de restaurantes e de outros serviços, quer dizer, o lixo começou a multiplicar-se muito mais. Isto, normalmente, às 10, 10 e meia da manhã, é curioso, mas às vezes mais no verão, já está aquilo tudo cheio de lixo, às 10, 10 e tal da manhã. São as gaiotas ali, e aquilo é um ponto de passagem em que muitos dos turistas vão ver a igreja, descem depois ali para ir até à Meia Laranja, muitos deles deixam o carro no parque das canas cá em cima, e usam a rua dos Arcos como passagem, portanto, é uma situação que já foi mencionada na assembleia municipal, já foi, inclusive, aqui por outra pessoa, um morador, a pessoa que tem mesmo a casa onde os baldes do lixo, já vieram cá duas vezes, salvo erro, uma o ano passado, e outra há dois anos. E eu peço só a atenção, o melhor que puderem, porque tem que haver outra solução, ou dispersa-se os pontos do lixo, ou arranja-se uma alternativa para o lixo das pessoas que têm restaurantes, dos empresários, que é um lixo muito mais acumulado, porque eles quando levam o lixo, uma pessoa de um apartamento, leva um saquinho ou leva qualquer coisa, um restaurante leva 3, 4, 5 sacos de lixo, e depois é isso que se vê. Ou arranja-se uma outra alternativa de... não sei, eu isso deixo para os senhores pensarem o melhor que puderem. Eu queria apoiar a ideia do senhor António Xufre, senhor presidente, e aproveito desde já a oportunidade, a questão dos pinos, pelo menos há ali uma zona que eu acho que é muito crítica, que é a zona ali na entrada para a Igreja Matriz, portanto, quando se desvia, na descida da Igreja Matriz ..."-----

Senhor presidente: "Estava a dizer condicionado?"-----

Hugo Gonçalves: "Exatamente, diz condicionado, ao pé da Igreja de Sant`Ana..."-----

Senhor presidente: "Sei qual é."-----

Hugo Gonçalves: "Diz condicionado ali, diz condicionado, inclusive, nas fotos, como consegue ver aí, mas a verdade é que toda a gente entra ali, eu vejo, inclusive, os TVDE`s, muitas vezes, descem ali e depois metem ali umas baias que acho que é para impedir que os carros prossigam para a rua 5 de outubro, e então há muitos dos TVDE`s que não sabem, voltam em sentido contrário, até cá em cima, isto é verídico, senhor presidente. E aquela zona toda dali da baixa está um pouco, tem vindo a ficar um pouco caótica, e eu apoio o senhor António Xufre, na questão dos pinos ou meter ali uma pessoa com uma cancela, algo assim. Obrigado."-----

Mário Lourenço: "Permita-me trazer a minha experiência como presidente e administrador da EMEL, para os munícipes que aqui estão. Sim, fui administrador da EMEL, com a Marina Ferreira, que é conhecida, foi a presidente e ela depois demitiu-se, e eu fiquei em substituto. A EMEL é a empresa municipal de estacionamento de Lisboa. Já não sou, agora estou na ... já há alguns anos, desde que me transferi disse assim, adeus Lisboa, volto à minha região, gozar a reforma não é só para estrangeiros ricos, não é. Bem, mas peço desculpa por esta brincadeira. Nós tínhamos em Lisboa um problema no Bairro Alto e outros bairros, digamos, históricos da cidade. Para quem não sabe, eu sou engenheiro, digamos assim, sou Mário Lourenço, mas de profissão engenheiro e durante muitos anos, e tínhamos um problema nessas, da questão da mobilidade, na entrada dos bairros históricos. De vez em quando aquilo avariava, e quem é que entra? Porque quando os pinos baixam ou quando estão no alto, aquilo está avariado, ninguém entra, ninguém sai, e lá ia uma viatura passado horas, para tentar resolver esse problema. Portanto, cuidado, aquilo que parece fácil tem custos de manutenção que exigiam à câmara mais umas centenas de milhares de euros que, aliás, já se vê na questão das escadas rolante e do elevador da praia do Peneco. Cuidado com aquilo que parece ser fácil, cuidado, porque o dinheirinho tem que ser muito bem aplicado, e tem que encontrar soluções viáveis. Já agora, aproveitando esta oportunidade, pense na aquisição de uma viatura especializada com equipamentos de sonómetros e tal, que registem quem é que está a fazer de facto, ou a cometer ilegalidade, quando houver um novo plano de ruído, porque então, vai-se dizer, anda com um aparelhinho na mão? E como é que se identifica o criminoso, entre aspas? Têm que fazer um investimento nestas matérias. Obrigada."-----

Senhora vereadora Cristina Corado: "Ora, muito bom dia. O senhor Paulo Serrano, efetivamente, falámos, lembro-me bem que falámos, foi logo no início, foi há cerca de um mês, exatamente. Naquela altura, pensávamos que as coisas seriam mais fáceis relativamente ao mercado quinzenal, neste momento, e depois de termos feito e visto alguns regulamentos, inclusive, e termos ido ao local percebemos que há algum investimento a fazer que ainda não foi possível fazer e, além disso, temos aqui uma situação que é a proximidade das escolas, e que pode levantar aqui alguns problemas para a realização do mercado quinzenal, naquela zona. Como sabe, nunca houve mercados quinzenais naquele terreno, seria a primeira vez, e existem aqui alguns constrangimentos que, efetivamente, nós não tínhamos pensado, porque não sabíamos, e porque o feedback que tínhamos do anterior executivo, era que estava tudo pronto, para iniciar os mercados, e que não havia impedimento nenhum, para que isso não



acontecesse. Também existe, porque como sabe aquilo é um terreno algo isolado, também há a questão da mobilidade e de levar as pessoas para o mercado, também terá que ser visto, portanto, é uma situação que está em cima da mesa, estamos a tentar resolvê-la, e efetivamente, não temos ainda uma solução. É possível também ponderar outro tipo de solução, com os mercados já existentes, estamos a analisar e vão, certamente, ter uma resposta. Peço desculpa de ainda não termos conseguido resolver a situação do mercado, era intenção começar quando eu falei convosco, era mesmo essa a nossa intenção, mas, infelizmente, temos que esperar mais um pouco e analisar melhor essa situação."

Paulo Serrano: "Obrigado pela sua explicação, mas a verdade é uma, é só uma. Não sei, você sabe melhor do que eu, eu também estive lá no terreno com o meu colega a ver, quando nós conversámos, e sinceramente, aquilo não tinha condições nenhuma, e ainda outra coisa, é uma estrada sem saída, é escondidíssimo, acho que aquilo não tem pernas para andar. Acho que, garantidamente, não tem pernas para andar bem. Acho que se arranjassem outro, para nós era..."

Senhora vereadora Cristina Corado: "Foi essa análise, precisamente, que nós fizemos, ainda bem, ainda não tinha tido oportunidade de partilhar isto consigo, mas efetivamente..."

Paulo Serrano: "Mas concordo, concordo plenamente consigo, outra alternativa, porque ali é mesmo..."

Senhora vereadora Cristina Corado: "Muito obrigada."

Paulo Serrano: "Mas já estamos parados há um ano e meio."

Senhor presidente: "Muito obrigado."

Senhora vereador Cristina Corado: "Eu percebo que vocês precisam de trabalhar também, nós entendemos isso, mas temos que arranjar é uma solução, está bom? Muito obrigada."

Paulo Serrano: "Muito obrigado."

Senhor presidente: "Para responder ao engenheiro Mário Lourenço sobre a rampa e a situação, aqui o nosso vice-presidente."

Senhor vice-presidente: "Mas antes vou responder ao Marcos Bila. Já falei com o pessoal que trabalha com iluminação pública, isso não pertence à câmara, pertence a uma empresa, já falei com eles, mas eles disseram-nos como é só para aumentar o LED, para nós fazermos um pedido. Nós fizemos o pedido para aumentar o LED, mas eles disseram que também os nossos serviços cá, se tivéssemos que, em princípio, iriam dar ordens para pôr o LED. Portanto, em princípio, penso que isso durante esta semana ou

no princípio da semana que vem, vou falar com os serviços logo hoje, a ver como é que isso está. Por acaso, pensei que estivesse resolvido, mas ainda não está, mas vou tentar que, em princípio, acho que é pacífico, uma vez que eles já nos disseram que nós próprios podíamos aumentar o LED. Não sei se vai resolver a situação..." -----

Marcos Bila: "De certa maneira, a luminosidade é..." -----

Senhor vice-presidente: "É maior, portanto, é mais ampla, vamos ver. Depois a Dona Cesaltina, aqui a Travessa... até lhe mostrei as fotografias, que nós estamos a fazer colaboração com as juntas de freguesia, aliás, há bocadinho foi falado nas calçadas, eu falo sempre nisto, portanto, vocês sabem, melhor do que nós, se calhar, até sabem, que os passeios pedonais, tudo o que é pedonal é as juntas de freguesia que dão a manutenção disso. Mas como o senhor presidente disse, nós estamos a fazer um procedimento, nem todas as juntas conseguem estar a colmatar os buracos como estão nas calçadas. É lá a baixa, por exemplo, a rua 25 de abril, entre outras, a travessa, aquilo tudo está cheio de buracos, inclusive, tivemos conhecimento que passou lá no outro dia uma viatura, saltou uma pedra de calçada que podia ter atingido uma pessoa e podia ter causado danos superiores, danos mais graves, portanto, estamos a tentar também resolver isso. Ali, eu vou passar por lá mesmo, porque já não é a primeira vez que me diz, eu falo com os serviços, eles dizem que está resolvido, portanto, eu próprio vou passar por lá com alguém dos serviços, para eles analisarem mesmo essa situação." --

Cesaltina do Carmo: "Ainda esta semana estraguei lá um pneu, não comprei um, comprei dois. Tive que comprar os dois pneus, com os buracos que está lá." -----

Senhor vice-presidente: "Eu vou passar por lá, como já lhe disse, e vou passar com o técnico, precisamente para vermos e analisarmos a situação ao pormenor, porque já não é a primeira vez. Eles mostraram-me como eu lhe mostrei, até lhe posso mostrar no telemóvel, cada vez que eu falo eles mandam fotografias diferentes com o buraco tapado, com os buracos tapados." -----

Cesaltina do Carmo: "Por isso mesmo, é melhor ver com os seus próprios olhos." -----

Senhor vice-presidente: "Precisamente, eu vou passar por lá. O senhor engenheiro Mário Lourenço, isto não é tão simples como parece, agradeço a sua intervenção e a preocupação demonstrada. A segurança rodoviária na estrada, como disse, a estrada 1352, a que liga o Cerro do Ouro para Tunes, uma parte é nossa, outra parte é Silves. Relativamente à colocação de lombas de velocidade, como lhe disse, sabe que é colegas vossos, os engenheiros, como aqui o senhor presidente, que nós temos lá no serviço, e não tem sido consensual a colocação de lombas, não quer dizer que não se tente, temos posto em vários sítios, como é notório. Mas os serviços técnicos analisam, fazem uma



análise, nós temos alguns pedidos para lá, sabemos que alguns não têm tido o parecer, têm tido um parecer desfavorável dos serviços técnicos. Essa decisão parte em critérios técnicos, como já lhe tinha dito, nós temos ido ao local examinar, porque tem havido agora, nos últimos tempos, um grande pedido, desde lombas, aquelas almofadas para redução de velocidade." -----

Senhor presidente: *"A almofada de Berlim." -----*

Mário Lourenço: *"Desculpe senhor vice-presidente, eu não falei em lombas destas que estão aqui na cidade que estragam os automóveis. Eu falei da almofada, como lá está nos Matos." -----*

Senhor vice-presidente: *"Pois como eu estava a dizer, importa sempre referir que a instalação desse tipo de lombas às vezes não é a mais adequada, e que os nossos serviços técnicos, por acaso, nesse aspeto, eles têm dado muitos pareceres desfavoráveis. Que é que têm feito? Temos comunicado à GNR, fazemos um ofício cada vez que há uma reclamação aqui para o município, e nós analisamos a situação, fazemos um e-mail, outras vezes um ofício, para a GNR, para as forças de segurança, para terem mais intervenções nessas zonas. Se vocês têm reparado, nessa zona tem havido agora alguns controlos de velocidade aí, se repararem, que nós temos pedido, e eles têm efetuado. Como lhe disse, a situação não está a ser ignorada, mas estamos a articular com a GNR, com outras entidades, mas, acima de tudo, estamos a tentar resolver o problema, e assim no local, eu vou passar lá também com o técnico, para analisar também, porque, como vos disse, temos muito pedido mesmo, de lombas, almofadas de redução de velocidade, e se formos pôr em todo sítio, se calhar, qualquer dia não se consegue sequer circular. Por isso, é os serviços técnicos que nos informam mais, mas agradeço o seu contributo, aqui em nome do executivo e de todos os vereadores, agradecemos o vosso contributo. É sempre fundamental, aliás, até todos os que estiveram aqui, acho que trouxeram aqui ideias, já estamos a trabalhar bem em conjunto com todos vós, porque têm trazido algumas ideias, e nós estamos a tentar resolver. Às vezes não é com a celeridade que queremos, mas, em princípio, vamos tentar levar aqui a água ao seu moinho. Não sei se esclareci, senhor engenheiro?" -----*

Mário Lourenço: *"Eu só vou tentar..." -----*

Senhor presidente: *"Nas próximas semanas saberá." -----*

Mário Lourenço: *"Senhor vice-presidente, se alguém teve quarenta e tal anos de exercício de profissão nos mais diversos níveis, também políticos, sabe dessa conversa dos técnicos, sou eu." -----*

Senhor vice-presidente: *"Era o que eu estava a explicar." -----*

Mário Lourenço: "E o que lhe devo dizer é que alguns, se calhar, são ciclistas, e não lhes dá jeito, alguns dos técnicos ou do chefe de divisão é ciclista e não lhe dá jeito.... Se o senhor tivesse, o senhor presidente ou qualquer um destes, aliás, as pessoas já se queixaram que moram aqui e sofrem, mas se o senhor passasse os dias como eu passo, saio daqui vou para a quinta e visse um ciclista a fazer aquilo, não estou lá o dia todo, a sessenta ou setenta quilómetros, a descer a rampa, não gostava de ter, a quinhentos metros de onde está o sinal de limitação de velocidade da Câmara Municipal de Albufeira, não gostariam de ter aí uma lomba que lhes limitava a velocidade. Na semana passada, espetou-se um automóvel, porque alguém vinha do Jogo Ruivo que não tem stop, aliás, está tudo escrito no e-mail, que eu não vou insistir sobre isso, mas cuidado, é uma recomendação que faço à vossa experiência, como presidente e vice-presidente, e o senhor vereador. Façam visitas de rotina, que é uma sugestão, senhor presidente, façam visitas não só com o técnico, levem também o chefe de divisão ou a chefe de divisão, e confrontem-no com o local, porque a fotografia, às vezes, ilude. Portanto, os políticos, normalmente, são enganados por quem está nas camadas de baixo. Esse princípio das visitas que o senhor presidente aqui já falou é muito importante, porque os põe na ordem. Eu não estou a falar nisto no sentido persecutório, mas o político está em exercício de funções, e se fizer visitas periódicas com os responsáveis das divisões e os técnicos como fala, também os põe na ordem, e é preciso pôr ordem no concelho de Albufeira." -----

Senhor presidente: "Muito obrigado, engenheiro." -----

Senhor vice-presidente: "Muito obrigado." -----

Senhor presidente: "Vamos avaliar a situação. Para responder ao senhor Ronny Felipe, a senhora vereadora, se faz favor." -----

Senhora vereadora Cristina Corado: "Senhor Ronny Felipe, efetivamente, não tivemos a oportunidade ainda de conversar, certamente iremos fazê-lo antes do dia 16. Agora, no final, agradecia que me deixasse aqui o seu contacto, eu vou ver quando é que foi feito o agendamento da sua reunião. Efetivamente, têm sido muitas as solicitações, não posso fazer atendimento todos os dias, de todo, porque há muito outro trabalho para ser feito, mas é muito importante ouvir aquilo que tem, certamente, para nos transmitir, com projetos de desenvolvimento educativo, cultural, comunitário, que envolve a juventude, também esta situação da ciência e tecnologia e arte, o workshop que faz, gostava que me explicasse um pouquinho mais também, daquilo que são estes seus projetos, e de que forma é que podemos colaborar com estes projetos que são, efetivamente, importantes para a nossa comunidade. Muito obrigada." -----



Senhor presidente: "Para responder aqui ao senhor Manuel Fernandes, senhor vice-presidente." -----

Senhor vice-presidente: "Era para lhe dizer, em termos dos contentores foi posta uma ilha à parte de baixo, lá logo na rua António Aleixo, foi posta uma ilha, agora há relativamente, há pouquinho tempo. Estes dois contentores que estão sem a tampa, nós vamos mudar todo o sistema de recolha de lixo, inclusive, nessa rua, portanto, e não foi substituído os contentores por causa disso, porque a toda a hora estamos a pensar em começar com o novo sistema de recolha de resíduos sólidos e urbanos, e onde temos novos contentores que iremos substituir. Foi por causa disso que ainda não foi substituído, mas como lhe disse, à parte de baixo, estamos a falar de 100 metros abaixo, foi colocado uma ilha nova agora, que até tirámos os contadores que estavam lá." -----

Manuel Fernandes: "Na padaria..." -----

Senhor vice-presidente: "Precisamente, colocámos as ilhas aí." -----

Manuel Fernandes: "Aquela em frente à padaria está um brio, está limpíssimo. Até dá gosto olhar para lá." -----

Senhor vice-presidente: "Foi onde nós fizemos essa intervenção, e o outro cá em cima, vamos pôr os contentores novos, foi por causa disso que ainda não pusemos as tampas, nem mudámos, aquilo é mais uma questão de dias, não sei quantos, mas... Obrigado." -----

Manuel Fernandes: "Só em relação ao ruído, sigam o exemplo do Florival, está cheio, leva a cerveja a 45, quatro e meio, e está cheio, os outros estão vazios, tirando o Buddy's, o Harry's e o Bravo, os outros estão às moscas. Perguntem ao Florival porquê. Passem bem." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Bom dia a todos. Bom, vou ser aqui rápida na minha intervenção, mas pegar só aqui em dois temas que, entre muitos que se falou aqui, considero importantes. Dizer que, bom, eu já sou uma senhora de certa idade, já tenho idade avançada, sou do tempo em que vinha à vila, e nasci também em Albufeira, e não sou engenheira, sou psicóloga, mas já conheço um bocadinho, de forma humilde, do funcionamento da nossa cidade, do nosso concelho. O trabalho trouxe-me muita aprendizagem, nem sempre, efetivamente, nós conseguimos pôr em prática aquilo que temos muita vontade de fazer, porque sabemos a dimensão e o peso deste concelho, e penso que este novo executivo está a perceber agora a dificuldade que é, todos os dias, de planear, de dar resposta, de construirmos aqui um trabalho em equipa, e de conseguirmos pôr em prática tudo aquilo que sonhamos para o nosso concelho. Mas penso que somos todos unânimes, e que temos todos muita vontade de fazer mais e

melhor, e deixo um apelo ao senhor presidente. Quando falámos, eu já falei aqui várias vezes também sobre a questão do ruído, que sabemos que é uma questão que tem que ser trabalhada e que não foi resolvida, e que se mantém, e que temos todos que, em conjunto, contribuir e dar contributos válidos, para que possamos mudar este tipo de trabalho. Queria deixar-lhe um apelo, que nós possamos desde cedo participar nesse regulamento, porque para nós não é positivo ele chegar aqui a esta reunião, e sermos confrontado com ele, portanto, queríamos fazer parte. Sei que já houve uma reunião com, penso que com os líderes de bancada da assembleia, mas nós vereadores não permanentes, queremos participar desde cedo, nesse mesmo projeto. Depois, queria só deixar também aqui uma palavra, em relação a essa questão do lixo na rua dos Arcos. É um problema que já tem anos, e difícil de resolver, mas que deixava aqui uma sugestão. Não sei se vou dizer uma asneira, se não, mas eu sei que a Luságua faz uma recolha no engenheiro Duarte Pacheco, em que o camião fica lá parado durante algum tempo, para que as pessoas possam, durante um período, eu sei que é a parte que a restauração não gosta, mas talvez criar uma alternativa na rua lá mais atrás, tendo em conta que o camião, certamente, não pode ficar ali parado, mas que existam, se calhar para complementar, mais uns horários com um camião do lado da parque das canas, que possa durante uma hora estar ali parado, e as pessoas vão pôr o lixo no camião, e o camião sai e, se calhar, vai descongestionar, em muito, este aglomerado, porque efetivamente o número de restaurantes é muito e, felizmente que há muito lixo, é sinal que há muito negócio, é sinal que estão a trabalhar, mas tem que existir, claramente, o que foi dito, a parte do esforço de todos." -----

Marcos Bila: "O senhor presidente dá licença? Em relação à recolha do lixo, eu, aí há uns anos ia várias vezes para a Ericeira, talvez não fosse má ideia irem verificar qual é a realidade da Ericeira, em relação à questão do apanhar o lixo. Eles têm um carro elétrico que passa na zona, está sempre a circular, passa na zona da restauração, e as pessoas da restauração põem lá, e não há acumulado nenhum. Eu, na altura, era presidente daqui do município o senhor Desidério, e até lhe disse: "Olha, como tu vais a Mafra às reuniões lá do partido, aproveitas que aquilo são meia dúzia de quilómetros, e vais lá em baixo, à Ericeira, ver". Eu deixava isso, como tive curiosidade para tentar resolver." -----

Hugo Gonçalves: "Não estou de maneira alguma tentar levantar algum entrave à sua sugestão, mas é que nós também temos de compreender uma coisa. Levar o lixo, talvez para uma pessoa que tenha lá um apartamento ou que viva lá em baixo como eu, é um saquinho, e levar até lá em cima ao parque das canas não custa nada, mas o problema da



quantidade de lixo não é dos moradores, é dos restaurantes. E eu não sei se foi o que a senhora vereadora disse, estar a levar aqueles carrinhos cheios de sacos até lá em cima, naquela subida, senhora vereadora, aquilo é puxado."-----

Senhora vereador Cláudia Guedelha: "Até pode ser na descida, não tem que ir para o parque das canas, há ali a rua que desce, e tem acesso e sai. Agora, evidentemente, quem tem um apartamento e precisa de ir deitar o lixo, obviamente, tem que ter ali a resposta por perto, pode não ter, mas deve ter. Agora, temos também que compreender que há uma resposta, em termos de restauração, muito grande na baixa de Albufeira, e é uma resposta que foi construída sem estrutura prévia. Portanto, esta resposta, só no âmbito de uma requalificação muito profunda é que consegue ser alterada. Esta minha sugestão é simplesmente para evitar este congestionamento, até porque a Luságua, e neste caso, o senhor presidente, e não vou aqui, ele é que certamente sabe o que vai fazer, tem a resposta no concurso de recolha. E falo isto, porque sei que foram ampliados os números de vezes que é feita a recolha, nesta rua dos Arcos, porque este problema vem de trás, e nós todos sabemos, e este complemento que é a parte que ninguém gosta na baixa. Eu também sei, porque fui lá muitas vezes, porque quando o camião fica lá parado, eu sei que os funcionários não gostam de ir àquela hora, obrigatoriamente, deitar o lixo. E aconteceu muitas vezes, que eu presenciei, o camião arrancou e, a seguir, vão pôr os sacos do lixo junto à galeria, certo? Isso é uma coisa que todos sabemos que acontecia, e que ninguém gosta, mas cá está, o senhor presidente há pouco falava de uma coisa, que eu agora também vou introduzir, que é o apoio de todos. E vou pegar no exemplo da "Noite Segura". Quando se fala em despesas, temos que pensar bem que tipo de despesas é que são, e o investimento que temos que ter, porque nós não estamos a pôr Cruz Vermelha, nem é melhorar a qualidade do lixo, parece que não tem uma coisa a ver com a outra, mas tem. Mas a resposta não é só para a resposta noturna, é para todos, e os nossos turistas, tal como têm que se sentir com cuidados de higiene na rua, não só visual, mas também a cuidar da nossa saúde, também precisamos de resposta. Por isso, eu queria também deixar esta palavra ao senhor presidente, que o projeto "Noite Segura" não é só para dar respostas aos conflitos da rua da Oura, ou da baixa, é para prevenção, é para transmitir segurança, e para ajudar a descongestionar o centro de saúde, e o número de militares que nunca chegam, nem na polícia municipal, nunca vão chegar, e eu acho que pode ser sempre uma ajuda e uma mais-valia, em termos de prevenção. Agora, peço também no que disse, temos todos que colaborar e, neste caso, a ideia de arranjar uma sugestão alternativa provisória, até se melhorar todo o sistema da recolha do lixo podia

ser uma hipótese, para além desta recolha regular que acontece lá, que não sei quantas vezes é que são, mas existir uma alternativa ali próxima, com um horário que pudesse ajudar a descongestionar este local. Eu dei o exemplo, porque não me recordo o número da rua, ali ao pé da casa do padre Semedo, mais abaixo, é a que vai dar à 5 de outubro, que podia ser uma hipótese de ter ali um horário em que ajudasse a evitar este congestionamento. Era só nesse sentido."-----

Hugo Gonçalves: "Temos de ter também em atenção é uma coisa, senhora doutora, é que a sua sugestão até não está nada mal pensada, temos que ter atenção é um camião a parar ali nessa zona, mais em baixo, é o trânsito, porque o parque das canas tem muito. Há ali uma hipótese, ali ao pé do hotel Regina..."-----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Ali nas casas do padre Semedo, se você atravessar a rua dos Arcos vai dar ali às casas do padre Semedo, e ali naquele espaço, onde tem ali mesmo, exatamente, ali facilmente, se calhar, dá para parar, porque eu sei que as carrinhas param ali para deixar os mantimentos da Conferência São Vicente de Paulo, portanto, aí perto, certamente há de haver um espaço onde se possa parar ali, durante um período, a várias horas do dia, e que possa dar uma ajuda. Se isso é mais difícil para a restauração, pois é claro que é, mas eu pego nas palavras do senhor presidente, temos todos que colaborar e ajudar enquanto não se arranja ideias melhores."-----

Hugo Gonçalves: "A tentar contribuir à sua ideia, eu iria sugerir aqueles dois lugares de estacionamento que meteram para cargas e descargas, que aquilo, normalmente, deixam lá o carro, poderia ser um sítio, um ponto de paragem, talvez aí, é só uma sugestão para tentar ajudar."-----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Por exemplo."-----

António Xufre: "Foi mencionado um nome de um estabelecimento meu, que eu sou o sócio-gerente, só queria dar aqui uma resposta à pessoa. A pessoa tem todo o direito de se queixar, as medições que foram feitas desse bar em questão, foram feitas na casa desse queixoso. Por mim estou à vontade, os sistemas estão a funcionar, estão ligados, nem precisamos de comprar sistemas novos, os que temos está tudo lá instalado, é só nós pormos aquilo a funcionar, é só isto. Nós estamos disponíveis para qualquer coisa. Não é estar aqui a apontar o A, o B ou o C, falar sem contraditório é o forte aí desse senhor, eu retribuo. Muito obrigado, agradeço a todos."-----

Senhor presidente: "Muito obrigado."-----

Senhor vereador Rogério Neto: "Bom dia, só tocar dois pontos, um é a questão deste lixo da rua dos Arcos, isso já estava previsto anteriormente, há mais de um ano, isto



ser substituído por umas ilhas na rua 5 de outubro, junto ao edifício Regina ou Gina, é para ser colocado na zona das cargas e descargas, falem com o senhor engenheiro Filipe que ele conhece bem o projeto. Tem que ser pressionado. A outra coisa que queria tocar também aqui, falaram sobre o mercado quinzenal, acho que é importante para o concelho termos o mercado quinzenal, faz parte da cultura aqui de Albufeira, e dou só uma sugestão que seria, provisoriamente, poderiam fazer lá à volta do Estádio Municipal. Com algumas regras, se calhar, mais limitado, temos um estacionamento bom, próximo, teria que se proibir as pessoas de colocar estacas no pavimento, teria só na calçada, mas, se calhar, provisoriamente, está central, podia ser uma alternativa, até que aquela zona esteja completa ou preparada, para ter lá o mercado municipal, que acho que ainda vai demorar bastante, e continuamos sem mercado municipal, penso que não é bom para a cidade. Obrigado." -----

= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA =

Não houve intervenções no período antes da ordem do dia. -----
Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja:-----

A - GENERALIDADES

= ATA DA REUNIÃO DE 3 DE MARÇO DE 2026 =

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado. -----

= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia seis de abril de dois mil e vinte e seis, eram das quantias de: -----
Operações Orçamentais - quarenta e oito milhões, oitocentos e dezanove mil, trezentos e sessenta e três euros.-----

Operações não Orçamentais - três milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e seis euros e quatro cêntimos. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor:-----

♦ **Da Portaria n.º 130-B/2026/1, de vinte e sete de março**, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 209/2011, de 25 de maio, que adaptou o subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3), instituído pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aos trabalhadores integrados na carreira especial médica. -----

**= TOMADAS DE CONHECIMENTO - DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE
COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS, DELEGADAS OU SUBDELEGADAS =**

A câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo presidente, no uso de competências próprias ou delegadas pela câmara municipal, e pelos vereadores, no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**= TOMADAS DE CONHECIMENTO - PAGAMENTOS AUTORIZADOS E
EFETUADOS E OUTROS ASSUNTOS =**

A câmara tomou conhecimento de um conjunto de documentos referentes a pagamentos autorizados e efetuados, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -

Senhor vereador Rui Gago: *"Deixem-me só colocar aqui uma questão. Bom dia a todos. Relativamente aqui às Grandes Opções do Plano, isto tem um pouco a ver com a questão aqui também do espaço da Feira Franca, reparei no documento que existe aqui, senhor presidente, uma redução em relação à questão da verba que estava alocada, a dotação corrigida é bastante inferior em relação à dotação inicial. Estavam previstos 350.000 euros e passou para cerca de 70.000 euros. Isto tem a ver com? Os trabalhos encontram-se concluídos? Têm a ver com?"* -----

Senhor presidente: *"Eu vou-lhe explicar. A Feira Franca, nós dirigimo-nos ao local e realmente tem que haver um investimento de cerca de 1 milhão de euros para que se faça a Feira Franca. E neste momento, este ano isso não vai acontecer, porque eu não tenho 1 milhão de euros para investir para que se faça a Feira Franca. Tão simples quanto isto, por isso é que nós reduzimos. É 1 milhão de euros, disseram que estava tudo pronto e que estava pronto a ser utilizado. É cerca de 1 milhão de euros e estou a jogar por baixo, poderá ultrapassar largamente 1 milhão de euros."* -----

Senhor vereador Rui Gago: *"Então a dotação inicial está muito abaixo?"* -----

Senhor presidente: *"Está muito abaixo, muito abaixo. Muito abaixo, por isso, nós decidimos reduzir não avançar, neste momento não temos condições financeiras para isso, temos outras prioridades."* -----

Senhor vereador Rui Gago: *"Obrigado."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Se permite, queria só perguntar, houve aqui um pagamento à Vodafone S.A. de 416.000 euros, consegue-me dizer a que se refere?"* -----

Senhor presidente: *"Não, mas posso responder por escrito ou mando aqui a chefe de*



divisão. Eu também não sabia." -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Não, não, depois informem."* -----

Senhor presidente: *"Está bem, é para responder por escrito."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Alguma ação em tribunal que perdemos?"* -----

Senhor presidente: *"Pois, não sei, temos que ver. Eu acho que não, senão tinham-me avisado. Meio milhão é muito dinheiro para telemóveis."* -----

Foi tomado conhecimento. -----

= TOMADAS DE CONHECIMENTO - ASSUNTOS JURÍDICOS =

A câmara tomou conhecimento de um conjunto de documentos, que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, referentes aos seguintes assuntos: -----

a) Relatório de Processos de Contraordenação - abril de 2026; -----

b) Processo 846/09.4 BELLE-A - Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé - Supremo Tribunal Administrativo - relatórios quinzenais números 185 e 186. -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Não existe aqui nenhum processo de 2026? Ainda não houve nenhuma contraordenação em 2026?"* -----

Senhora doutora Nélia Lourenço (diretora do Departamento de Gestão e Finanças, em regime de substituição): *"Possivelmente não houve."* -----

Senhor presidente: *"Que eu saiba não."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Bem, ok. Em relação a estes relatórios..."* -----

Senhor presidente: *"Há várias coisas pendentes, não é? Tecnovia, meio milhão. Agora pediram-nos mais 5 milhões dos parques, 5 milhões e meio."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Não, esta listagem é das contraordenações do município, não é as do município."* -----

Senhor presidente: *"Ah, ok."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Também sei algumas dessas."* -----

Senhor presidente: *"Mas se souber alguma coisa que eu não saiba, agradeço que me diga."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Nestes relatórios podiam também colocar aqui quais foram as contraordenações que já tiveram decisão final, quais foi as de arquivamento e quais foi as de pagamento."* -----

Senhor presidente: *"Isso é interessante."* -----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Mas isso no futuro, no próximo relatório, porque não está ali."* -----

Senhor presidente: *"Para termos detalhado. Pois não sei, acho que os serviços*

continuam a fazer tudo como se fazia."-----

Senhor vereador Rogério Neto: *"Pois, eu não digo o contrário."*-----

Foi tomado conhecimento.-----

= INFORMAÇÕES =

Não foram prestadas nem solicitadas quaisquer informações.-----

**= RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE EXECUÇÕES FISCAIS E RESPETIVOS
ESCRIVÃES - DESPACHO =**

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentado um despacho por si proferido, em trinta de março último, elaborado nos seguintes termos:-----

"Considerando:-----

– *Que nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais), os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a tributos a cuja receita tenham direito, designadamente, a possibilidade de cobrança coerciva, bem como outros poderes previstos em legislação tributária;*-----

– *Que de acordo com o disposto no Código de Procedimento e de Processo Tributário, abreviadamente designado por CPPT, compete aos órgãos executivos a cobrança coerciva das dívidas às autarquias locais provenientes de taxas, encargos de mais-valias e outras receitas de natureza tributária que aqueles devam cobrar;*-----

– *Que por seu lado, o artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro — CPPT, dispõe que tal cobrança se efetua através de um processo de execução fiscal; ---*

– *Que por sua vez, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual, estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Município e das Freguesias, atribui ao presidente da câmara, por um lado, a competência para decidir todos os assuntos relacionados com a questão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais (n.º 2, alínea a), do art.º 35.º do Anexo I da citada lei) e, por outro lado, o poder de superintendência dos serviços, no sentido de desenvolver a sua eficácia e assegurar O seu plano de funcionamento (artigo 37.º do Anexo I da referida lei);*-----

– *Que face à atual moldura legal, a designação do trabalhador que se responsabilizará pela cobrança coerciva das dívidas do Município de Albufeira, se configura como uma decisão enquadrável nos preceitos legais anteriormente mencionados, constituindo, pois, uma competência própria do Presidente da Câmara;*-----

– *Que não obstante o protocolo celebrado com a Autoridade Tributária em 20/05/2025, que tem por objeto a definição dos termos e condições em que a*



administração tributária é competente para a cobrança coerciva das taxas e outras receitas administradas pelo Município, essa nomeação torna-se imprescindível ao normal funcionamento do serviço de Execuções Fiscais e interliga com a Autoridade Tributária;-----

– O Despacho de nomeação em regime de substituição, datado de 29.01.2026, de Nélia da Conceição Palma Lourenço como Diretora do Departamento de Gestão e Finanças.-----

DESIGNO,-----

A dirigente Nélia da Conceição Palma Lourenço como: -----

- Responsável pelo serviço de Execuções fiscais, devendo a mesma exercer todas as funções que são cometidas por lei, ao "órgão de execução fiscal" nos processos instaurados pelo Município de Albufeira, praticando todos os atos necessários a esse fim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo substituída, nas suas faltas e impedimentos pela sendo substituída, nas suas faltas e impedimentos pela Senhora Chefe de Divisão Financeira, Melisa Ramos Domingos; -----

Designo ainda para exercer as funções de escrivão/escrivã nos processos de execuções fiscais os seguintes trabalhadores: -----

- 1051 - Carla Jesus Martins Pires Almeida -----
- 1284 - Cátia Cristina Madeira Almeida -----
- 1964 - Maria Celeste Gonçalves Metelo -----
- 2847 - Alexandra Isabel de Jesus Rafael" -----

Foi tomado conhecimento. -----

= TRANSPORTES - ENTIDADES - PROPOSTA =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente da câmara, em vinte e sete de março último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas, nos seguintes dias de abril corrente:-----

- Albufeira Futsal Clube, para deslocações a Estoi e a Portimão, nos dias dezoito e vinte e seis, respetivamente; -----
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocações a Alvor e a Lagos, no dia dezoito; -----
- Imortal Desportivo Clube, para deslocações a Faro e a Vila Real de Santo António, -----

nos dias dezanove e vinte e seis, respetivamente;-----

- Imortal Basket Clube, para deslocações a Tavira, no dia dezanove, a Portimão e a Olhão, no dia vinte e cinco e a Portimão, no dia vinte e seis;-----

- Guia Futebol Clube, para deslocação a Monte Estoril/Lisboa, no dia vinte e cinco.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

= TRANSPORTES - ENTIDADES - PROPOSTA =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pela senhora vereadora Cristina Corado, em trinta de março último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades recreativas e culturais, nos seguintes dias de abril corrente:-----

- Cooperativa de Consumo e Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Albufeira, para deslocação a Lisboa, no dia dez;-----

- Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Albufeira, para deslocação a Estoi, no dia vinte e cinco;-----

- Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira, para deslocação a Fátima, com saída no dia vinte e cinco e regresso no dia vinte e seis.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra,



dois mil e catorze, de vinte de junho. -----
= APOIOS - ASSEMBLEIA DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALBUFEIRA E OLHOS DE ÁGUA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e seis de março último, do seguinte teor: -----

"Pela Assembleia de Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, através do e-mail anexo ao presente, remetido a esta Câmara Municipal, foi solicitado apoio para a realização da Reunião da Assembleia de Junta de Freguesia, no dia 26 de março do corrente ano, no horário compreendido das 21h00 às 24h00. -----

Considerando: -----

- 1. Que entre os objetivos deste executivo assinala-se a concessão de apoio, pelos meios adequados, a organismos e instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa; -----*
- 2. Que existe a possibilidade desta edilidade ceder o Salão Nobre no dia 26 de março do corrente ano, no horário compreendido das 21h00 às 24h00; -----*
- 3. Que existe a possibilidade desta edilidade ceder 3 microfones na mesa, bem como 1 microfone no púlpito no Salão Nobre, no dia 26 de março do corrente ano, no horário compreendido das 21h00 às 24h00, nos termos da informação da DEEM - Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais; -----*
- 4. Que existe a possibilidade de se efetuar a transmissão em direto via plataforma Youtube no Canal da Assembleia de Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, no dia 26 de março corrente ano, no horário compreendido das 21h00 às 24h00, nos termos da informação da DGF - Departamento de Gestão Financeira; -----*
- 5. Que nos termos da al. o), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; -----*
- 6. Que, uma vez que o evento se realiza hoje, e não é possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal em tempo útil para decidir sobre o assunto;*
- 7. Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º do referido diploma que se decida sobre o pedido com obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte; -----*

Determino: -----

a) Autorizar apoiar a Assembleia de Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água na realização da Reunião da Assembleia de Junta de Freguesia, no dia 26 de março do corrente ano, no horário compreendido das 21h00 às 24h00, através da cedência do Salão Nobre, de 3 microfones na mesa e 1 microfone no púlpito, e de se efetuar a transmissão em direto via plataforma Youtube no Canal da Assembleia de Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água; -----

b) E remeter a apreciação da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a reunião de câmara seguinte." -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

= APOIOS - NOVA SCHOOL OF BUSINESS AND ECONOMICS (NOVA SBE, FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA) - PROGRAMA "FINANÇAS PARA TODOS EMPRESAS" - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em trinta de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"CONSIDERANDO QUE: -----

- A Nova School of Business and Economics (Nova SBE, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa) desenvolveu o programa de literacia financeira "Finanças para Todos Empresas" que se trata de um programa gratuito e dirigido a trabalhadores de Pequenas e Médias Empresas (PME), e cumpre os requisitos legais de formação obrigatória (Art.º 131.º do Código do Trabalho).-----
- A entidade pretende chegar a 6.000 Pequenas e Médias Empresas (PME) nos próximos cinco anos (2026-2030) e, desse modo, aumentar a inclusão financeira e o desenvolvimento económico do país. -----
- As ações de formação decorrerão presencialmente nos 119 municípios de Portugal Continental selecionados para integrar o projeto, entre os quais Albufeira. A previsão é a realização de 3 sessões de cerca de 3h30 cada, designadamente: Sessão 1) Orçamento familiar e crédito a particulares; Sessão 2) Investimentos, reforma, produtos bancários, seguros; Sessão 3) Literacia financeira digital, mercado de trabalho, sobre-endividamento.-----
- As inscrições devem ser feitas por empresa e estão abertas até ao dia 30 de abril, sendo que são elegíveis empresas com entre 4 e 500 trabalhadores, e o programa é aberto a todos.-----
- O programa de formação terá 2 fases, em 2026 e em 2028. Na primeira fase (outubro - dezembro de 2026) a entidade pretende dinamizar 10 turmas no concelho de Albufeira. Cada turma terá cerca de 50 alunos. -----



- Nesse sentido, é solicitada a colaboração do Município de Albufeira para a divulgação da iniciativa, nomeadamente através da partilha dos materiais nos canais institucionais do Município, da distribuição de informação junto do tecido empresarial local, da colaboração na organização de uma breve sessão abertura, bem como na cedência de espaços municipais para a realização das formações presenciais (cada turma terá 3 sessões de 3h30, em horário laboral (três manhãs ou três tardes consecutivas) e presenciais no município, idealmente na Biblioteca Municipal, entre outubro e dezembro de 2026).-----
- O apoio solicitado é de natureza estritamente institucional e não financeira (divulgação e cedência de espaço).-----
- Com vista à divulgação atempada do Programa, é solicitada resposta sobre a intenção de colaboração do Município de Albufeira até ao dia 10/04/2026. -----

Proponho: -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar:-----

- A colaboração do Município de Albufeira ao Programa "Finanças para Todos Empresas" da Nova School of Business and Economics, através da divulgação do mesmo, bem como da cedência de espaço (Biblioteca Municipal) para a realização das sessões de formação."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= APOIOS - ASSOCIAÇÃO PRIME SKILLS - AÇÃO DE FORMAÇÃO
- PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e seis de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"A Associação Prime Skills vem através de documento anexo solicitar autorização para utilização da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge, no dia 11 de abril, entre as 10H00-16H30, para realização de uma Ação de Formação para 30 jovens e 4 técnicos, inserido no projeto "Líderes do futuro"; -----

Mais solicita a possibilidade de utilização dos meios audiovisuais existentes na Biblioteca Municipal, nomeadamente computador portátil, tela de projeção e datashow, bem como acesso WI-FI. -----

CONSIDERANDO-----

- Que a ação de formação é organizada por uma Associação do concelho de Albufeira, a qual tem por missão contribuir para a valorização e educação de jovens;-----
- Que a atividade é dirigida a jovens do concelho de Albufeira, orientando-os para alcançar o seu potencial, inspirando-os, investindo e promovendo atividades que

aumentem o seu desenvolvimento pessoal, social, emocional e empreendedorismo;-----

- Que existe disponibilidade de utilização da Sala Polivalente, na data e horas solicitadas; -----*
- Que estão disponíveis os meios técnicos e humanos necessários à realização da atividade;-----*
- Que a atividade se realiza dentro do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, pelo que não há lugar ao pagamento de horas extraordinárias; -----*
- Que não há qualquer custo de realização para a Autarquia; -----*
- A alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, confere competência à Câmara Municipal para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município;-----*
- Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal.-----*

PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a realização da Ação de Formação, no âmbito do projeto "Líderes do futuro", à Associação Prime Skills, nos seguintes termos: -----

- Cedência da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge, bem como dos meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento, no dia 11 de abril, entre as 10H00-16H30, nomeadamente computador portátil, datashow, tela de projeção e acesso WI-FI." -----*

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= APOIOS - CENTRO PAROQUIAL DE PADERNE - FESTA FINAL DE ANO LETIVO 2025-2026 - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e sete de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta vem o Centro Paroquial de Paderne, solicitar o apoio desta Autarquia, para realização da Festa final de ano letivo das creches do Centro Paroquial de Paderne, nomeadamente: Creche Gente Miúda - Paderne, Creche S. José - Ferreiras e Creche Os Palmeirinhas - Albufeira, no dia 9 de julho de 2026. -----

Apoio Solicitado: -----

- Cedência da Sala A do EMA, camarins, sala de descanso e copa para realização do evento no dia 9 de julho e isenção do pagamento da taxa inerente; -----*
- Cedência de isenção do pagamento da taxa devida pela utilização do EMA; -----*



- Disponibilização de palco e 500 cadeiras. -----
- CONSIDERANDO**-----
1. Que o Centro Paroquial de Paderne é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com a prestação de serviços sociais na área da primeira infância, com três creches para crianças dos 3 meses aos 4 anos de idade, nas freguesias de Paderne, Ferreiras e Albufeira; -----
 2. Que a Sala A do EMA, se encontra disponível para acolher o evento na data e horário solicitado pela entidade; -----
 3. Que nos termos do artigo 9.º do Regulamento de Utilização do espaço Multiusos de Albufeira, a requerimento do interessado, pode a Câmara Municipal isentar, parcial ou totalmente, o interessado do pagamento das quantias previstas no artigo 7.º, nomeadamente por considerar que o evento reveste de interesse para o desenvolvimento do concelho e da sua população; -----
 4. Que a alínea K) do n.º 1, do art.º 10, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, refere que podem beneficiar de isenção de pagamento de taxas e outras receitas as associações, coletividades e instituições de natureza cultural legalmente constituídas e sem fins lucrativos, na utilização de equipamentos culturais propriedade do Município de Albufeira ou sob sua administração municipal, desde que a realização de eventos e atividades culturais a que se propõem sejam compatíveis com a natureza desses equipamentos, mediante deliberação favorável da Câmara Municipal, de Albufeira e/ou celebração de contato/protocolo de desenvolvimento cultural com o Município de Albufeira em termos a definir; -----
 5. Que, de acordo com o ponto 8.1.1., do Anexo II, do artigo 61.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, o valor da taxa, por cada período de utilização diária do EMA, é de 884,42 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data de cobrança; -----
 6. Que a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----
 7. Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal; -----
 8. A informação da DTDEC na distribuição SGDCMA/2026/20855; -----
 9. Que a associação tem a sua situação contributiva regularizada perante as finanças e a segurança social, conforme documentos anexa à presente proposta;
 10. Que a associação não tem dívidas ao Município de Albufeira, conforme informação da DGF-DF na etapa 9, da distribuição SGDCMA/2026/20855; -----

PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar o Centro Paroquial de Paderne, na realização da "Festa Final de Ano Letivo 2025-2026" nos seguintes termos:-----

1. Cedência da sala A do Espaço Multiusos de Albufeira, camarins e copa, no dia 9 de julho de 2026, para realização do evento;-----
2. Cedência de isenção total do pagamento da taxa devida pela utilização do EMA, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município em vigor;-----
3. Disponibilização de logística de suporte ao evento, nomeadamente: palco, conforme já montado ao fundo da sala A, 10 biombos e 500 cadeiras do EMA;-----
4. Em tudo deverá o requerente, cumprir o estipulado no Regulamento e nas Normas de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

**= APOIOS - CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -
PALESTRA "ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E JOVENS" - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte seis de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"A CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira - vem através de documento anexo, no âmbito da campanha nacional "Abril - Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância", solicitar o apoio da CMA para realizar uma palestra subordinada ao tema "Abuso sexual de crianças e jovens", especificamente cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge, dia 8 abril, entre as 14H30-18H00, presença de um fotógrafo municipal para o registo do momento, apoio logístico com o fornecimento de águas para os participantes e palestrante e cedência de uma lembrança institucional do Município para ser entregue à palestrante como forma de agradecimento.-----

Mais solicita a possibilidade de utilização dos meios audiovisuais existentes na Biblioteca Municipal, nomeadamente computador portátil, datashow, tela de projeção e microfones.-----

CONSIDERANDO-----

- Que a atividade se dirige aos técnicos da área, bem como à comunidade em geral;----
- Que a mesma contribuirá para promover a proteção dos direitos das crianças;-----
- Que a atividade fomentará o bem-estar social e o desenvolvimento do espírito comunitário no concelho;-----
- Que existe disponibilidade de utilização da Sala Polivalente, na data e horas solicitadas;-----



- Que estão disponíveis os meios técnicos e humanos necessários à realização da atividade;-----
- Que a atividade se realiza dentro do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, pelo que não há lugar ao pagamento de horas extraordinárias; -----
- Que não há qualquer custo de realização para a Autarquia; -----
- A alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, confere competência à Câmara Municipal para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município;-----
- Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal. -----

PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a realização da palestra sobre "Abuso sexual de crianças e jovens", à CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira, nos seguintes termos: -----

- Cedência de sala polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge, no dia 8 abril, entre as 14H30-18H00; -----
- Presença de um fotógrafo municipal para o registo do momento; -----
- Apoio logístico com o fornecimento de águas para os participantes e palestrante; ----
- Cedência de uma lembrança institucional do Município para ser entregue à palestrante como forma de agradecimento; -----
- utilização de computador portátil e datashow da Biblioteca Municipal, bem como tela de projeção e microfones."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= APOIOS - CONFRARIA BACCHUS DE ALBUFEIRA - 15.ª GRANDE MOSTRA DE VINHOS DE PORTUGAL - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e sete de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta vem a Confraria do Bacchus de Albufeira, com o [REDACTED], solicitar o apoio desta autarquia para realizar nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2026, a 15.ª Edição da Grande Mostra de Vinhos de Portugal. O evento incluirá também o 11.º Concurso de Vinhos a ter lugar nos dias 11 e 12 de abril de 2026, especificamente: -----

- Cedência do Espaço Multiusos de Albufeira (EMA), salas A e B; -----
- Pedido de isenção do pagamento da taxa do EMA; -----
- Ajuda na decoração do interior e entrada do EMA;-----

- Pedido de equipamento do espaço, sistema de som em linha, leitor de CD`s e 2 microfones para os 3 dias do evento; -----
- Pedido de apoio na realização do concurso; -----
- Promoção do evento junto da imprensa escrita, rádios e outros meios de comunicação social; -----
- Promoção do evento junto de entidades oficiais (convites a elementos do Governo) e comunicação social; -----
- Pedido de autorização para colocação de lonas do evento nos suportes publicitários do concelho, nomeadamente nas estruturas de todas as juntas de freguesia, bem como a isenção de pagamento das taxas de publicidade; -----
- Pedido de divulgação do cartaz do evento, na Agenda e noutros meios de comunicação da Autarquia; -----
- Pedido de comparticipação financeira no valor de 30.000,00 €, para fazer face às despesas inerentes ao evento. -----

CONSIDERANDO-----

1. Que o evento se enquadra na alínea U), do n.º 1, do artigo 33, da lei 75/2013 de 12 de setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, recreativa ou outra de interesse para o Município; -----
2. Que o evento consiste numa mostra de vinhos e estará aberto à população em geral; -
3. Que o evento conta com a participação de vários produtores de vinho, de renome regional e nacional; -----
4. Que o evento irá decorrer na cidade de Albufeira, contribuindo desta forma para a dinamização e promoção do concelho nos meios de comunicação social, bem como no que concerne aos hábitos e produtos ligados à cultura do Concelho; -----
5. Que o evento incluirá também o 11.º Concurso de Vinhos; -----
6. Que este evento já vai na 15.ª edição e, à semelhança dos anos anteriores, prevê-se que o mesmo conte com milhares de visitantes durante os dias da sua realização; -----
7. Que o EMA encontra disponível para acolher o evento; -----
8. Que nos termos do pagamento das quantias previstas no artigo 7.º, nomeadamente por considerar que o evento reveste de interesse para o desenvolvimento do concelho e da sua população; -----
9. Que a alínea K) do n.º 1, do art.º 10, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, refere que podem beneficiar de isenção de pagamento de taxas e outras receitas as associações, coletividades e instituições de natureza cultural legalmente constituídas e sem fins lucrativos, na utilização de equipamentos culturais propriedade



do Município de Albufeira ou sob sua administração municipal, desde que a realização de eventos e atividades culturais a que se propõem sejam compatíveis com a natureza desses equipamentos, mediante deliberação favorável da Câmara Municipal, de Albufeira e/ou celebração de contato/protocolo de desenvolvimento cultural com o Município de Albufeira em termos a definir; -----

10. Que, de acordo com o ponto 8.1.1., do Anexo II, do artigo 61.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, o valor da taxa, por cada período de utilização diária do EMA, é de 884,42 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data de cobrança; -----

11. Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o estado, conforme as declarações emitidas pelas finanças e segurança social, anexas à presente proposta; ----

12. Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o Município, conforme informação da DGF, na etapa 15.1, da distribuição SGDCMA/2026/1337; -----

13. A Informação dos vários serviços competentes desta câmara, na distribuição do SGDCMA/2026/1337; -----

14. Que a despesa é dotada com o código do Centro de Custos: 0311012362. -----

PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a Confraria do Bacchus de Albufeira, na realização da 15.ª Grande Mostra de Vinhos de Portugal e do 11.º Concurso de Vinhos, nos seguintes termos: -----

1. Disponibilização da sala A do EMA e respetiva receção com balcão de atendimento, nos dias 11 e 12 de abril de 2026, para realização do 11.º Concurso da 15.ª Grande Mostra de Vinhos de Portugal; -----

2. A disponibilização da sala A e B das respetivas receções com balcão de atendimento do Espaço Multiusos de Albufeira nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2026, para realização da Mostra; -----

3. Cedência de isenção total do pagamento da taxa devida pela utilização do EMA nos períodos descritos nos pontos anteriores, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município em vigor, tendo em conta o parecer da DJC, na etapa 12.1, da distribuição SGDCMA/2026/1337; -----

4. Conforme os termos do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, a cedência das instalações a terceiros em nada poderá prejudicar a prioridade de que este Município goza na utilização daqueles espaços para o desenvolvimento de atividades promovidas pela Autarquia ou de outros considerados de interesse para o concelho e população em geral; -----

5. Em tudo deverá o requerente, cumprir o estipulado no Regulamento e nas Normas de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira; -----
6. Autorização para colocação de cinco faixas publicitárias nas estruturas das freguesias, bem como na fachada do edifício EMA, conforme e nos termos da informação da DCRPRI, na etapa 10.8 da distribuição SGDCMA/2026/1337, a qual se transcreve:-----
- "Atento o pedido da Confraria do Bacchus de Albufeira, que pretende afixar cinco (5) faixas, alusivas aos dois eventos consecutivos que irá realizar, nas estruturas de Albufeira, Ferreiras, Guia, Olhos de Água e Paderne (Purgatório), cumpre informar que é viável a afixação das faixas pretendidas nos seguintes termos: -----
- Evento 11.º Concurso de Vinhos da Mostra, uma (1) faixa em cada uma das estruturas municipais e, também, na estrutura do EMA, no período compreendido entre 6 e 12 de abril, pelo que estes locais ficam desde já reservados para o efeito; -
 - Evento 15.ª Edição da Grande Mostra de Vinhos de Portugal, uma (1) faixa em cada uma das estruturas municipais e, também, na estrutura do EMA, no período compreendido entre 13 a 19 de abril, pelo que estes locais ficam desde já reservados para o efeito; -----
- Nos termos do Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Albufeira, publicado no Diário da República, II Série n.º 208, de 25 de outubro de 2024, Anexo I, Capítulo IV, artigo 27.º, 4.1.5, é aplicada uma taxa de € 6,26 (por metro quadrado e por mês), o que por faixa (4x0,9m) corresponde a € 22,54, pelo que a taxa a aplicar para as dez (10) faixas tem o valor de € 225,40, acrescido da faixa a colocar na estrutura da fachada do EMA, à qual é aplicada uma taxa de € 3,54 (por metro quadrado e por mês), conforme definido no Anexo I, Capítulo IV, artigo 27.º, 4.2.6, do referido regulamento, o que por faixa (8.5x2.5m) corresponde a € 75,23, o que perfaz no total uma taxa de € 300,63." -----
7. Cedência de Isenção do pagamento da taxa devida pela colocação das faixas referidas no anterior (ponto 6,) da presente proposta, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, tendo em conta o parecer da DJC, na etapa 12.1, da distribuição SGDCMA/2026/1337; -----
8. Apoio da DCRPRI na divulgação e promoção do evento, conforme nos termos da informação desses serviços na etapa 10.6 e 10.7, da distribuição SGDCMA/2026/1337;-----
9. Disponibilização de sistema de som em linha, leitor de CDs e 2 microfones para os 3 dias de realização da Mostra de Vinhos, conforme e nos termos da informação da



DPEM-DEEM-Serviços de eletricidade, na etapa 13, da distribuição SGDCMA/2026/1337;-----

10. *Atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 12.000 € (doze mil euros) à Confraria para fazer face às despesas de preparação, montagem e logística do evento, devendo a entidade beneficiária apresentar ao Município de Albufeira toda a documentação que demonstre a realização do evento em causa, através de documentos comprovativos da despesa emitidos sob forma legal nos termos do CIVA, à ordem da entidade beneficiária; -----*
11. *Pela presente fica a entidade beneficiária informada de que deverá ter em consideração as Disposições Legais previstas no disposto no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111 - B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação;-----*
12. *A despesa, no valor de 12.000€, resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e seis, através da rubrica com a Classificação Orgânica: 02/040701; Projeto GOP: 2026/5093."-----*

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: *"Relativamente ao apoio à Confraria Bacchus, eu estive aqui a ler atentamente e a proposta é 12.000 euros para este evento, certo? Eles pediram 30.000, eu sei que no último evento o valor foi de 22.000, pronto, queria colocar a questão do porquê desta redução?" -----*

Senhor presidente: *"A redução é feita única e baseadamente que nós, executivo eleito há 4 meses e tal, temos prioridades diferentes daquelas que o anterior executivo tinha. Foram gastos 8 milhões e tal em associações e clubes e nós entendemos que tem que haver uma redução de custos, porque a câmara não está a dar só apenas os 12.000 euros, a câmara está a prestar serviços. Eu entendo que a senhora vereadora faça essa questão, mas sabe quem está na cabeça do toiro ou do touro, somos nós e como tal, temos que saber gerir aquilo que é o dinheiro público. E o dinheiro público, nós temos dois caminhos, o caminho de continuar a fazer o que o anterior executivo fazia ou apresentar obra e eu prefiro apresentar obra. É por essa decisão, além de apresentar obra, nós temos equipamentos que necessitam de manutenção, que estão bastante obsoletos e que não foram dadas as melhores condições nem foram requalificados nos últimos 10 anos, para não dizer menos anos. E como tal, nós temos outras prioridades, a prioridade é essa e vamos reduzir noutras associações, não tenha dúvidas sobre isso, não tenha dúvidas, é essa a nossa visão. Não podemos pegar em dinheiros públicos e*

começar a atirar para cima das associações, como sempre foi feito. Aquelas associações, não estou a desvalorizar esta associação, claro que tem o seu valor, eu estive na primeira mostra deste Bacchus, estive na segunda e estive na terceira e depois, por outras questões, deixei de participar. Entendo o valor que tem, mas, neste momento, nós temos que apertar o cinto, há outras prioridades, prioridades do concelho, é a manutenção de equipamentos e fazer obra, é isso." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Bom, relativamente às prioridades, pois é muito discutível, depende da visão política de cada um. Eu por acaso, na revisão nem levantei questões, porque, como é evidente que quando nós retiramos verbas de determinadas áreas e depois crescemos noutras, é simplesmente uma questão política, não é? Porque relativamente, por exemplo, ao estrondoso aumento de recursos humanos e aumento das despesas gerais que estavam bem espelhados na revisão, nós não nos manifestamos, até o nosso voto foi abstenção, porque não queremos ser precipitados a fazer avaliações. Agora, eu não sei quando se refere às associações e houve uma destas últimas reuniões que lhe deixei esse apelo, em termos uma visão muito pormenorizada da resposta que cada associação dá ao nosso município e qual é efetivamente a linha de trabalho, o que é que queremos mostrar, o que é que queremos mostrar de Albufeira, o que é que queremos mostrar da riqueza de Albufeira. Até porque este evento, no meu entender, não é propriamente uma diversão, eu acho que é um evento que promove algo que temos que é de manter e de valorizar, porque temos três produtores no nosso concelho, temos dinamizado esta área ao nível da divulgação deste tipo de turismo para Albufeira, aliás, concorreremos, inclusive, já em conjunto com outros municípios a candidaturas neste âmbito, explorando o que temos de melhor para desvirtuar aquele foco que regularmente toda a gente se centra que Albufeira é só noite e praia. E por isso é que me preocupou, isto não é de todo querermos continuar com uma linha do passado, o passado construiu-se com defeitos e com virtudes e é só com aprendizagem que nós conseguimos construir um futuro melhor. E certamente que nunca me ouviu dizer ou não reconhecer o que está menos bem e estar ao lado de todo o executivo quando são coisas de construção e de valor. Nós sabemos também que, por exemplo, para este evento, que vem um presidente de câmara de Espanha, que vem um grupo de Espanha, que é um projeto altamente dinamizado e que certamente que vai trazer um turismo rico nesta área. É o que eu penso, mas não sou detentora da verdade, agora, o que sei é que um evento destes, com uma redução tão grande, feito por uma associação sem apoio, com o aumento que temos vindo a sofrer sistematicamente na sociedade e na crise económica que estamos a viver, estes 12.000 euros certamente dá para as



estruturas do evento, mas pronto é uma opção. Nós vamo-nos abster neste ponto e vamos fazer uma declaração de voto, como já fizemos anteriormente, dizendo que se a questão do despesismo é vista sempre pelo senhor presidente, por parte do anterior executivo, eu nunca fui, em 8 anos de mandato, uma vereadora de jogar dinheiro fora dos munícipes, tive sempre muito cuidado nas tomadas de decisão, mas há uma coisa que eu conheço bem, é a nossa realidade, são as nossas crianças, são os nossos jovens, são as nossas tradições. E acho curioso, tanto que se fala de tradições, se nós deixamos morrer as poucas que temos e se não mostramos o que temos de valor, não sei qual será o caminho de futuro? É apenas a nossa posição e a nossa opinião." -----

Senhor presidente: "Muito bem, para já eu nunca secundarizei, nem desvalorizei este evento. Este evento vai acontecer, não será tão nobre quanto se pensava ou quanto se ambicionava. Agora há uma coisa que eu tenho para lhe dizer, sabe qual é que é o problema disto tudo? O problema desta situação? É que não há regulamento para associativismo, nem para clubes, mas vai haver. Vai haver porque nós vamos fazê-lo, porque tem que se de uma vez por todas começar, isto não é andar a dar dinheiro, nós não podemos continuar a pensar: - "Ah, demos 22 o ano passado, este ano vamos dar igual ou vamos dar mais um pouco." Não, isto é gestão de merceeiro, tem que haver regulamentos, tem que haver um regulamento. Isso é que eu não entendo como é que um município como o nosso dá 8 milhões e tal de euros, há poucos municípios, nem o de Loulé, que é um município mais rico do que o de Albufeira, consegue dar tantos milhões a associações e a clubes. E depois sabem o que é que acontece? Fica para trás nas outras coisas. Se o dinheiro fosse infinito e vai terminar que eu não lhe vou dar mais a palavra. Agora, eu vou terminar e não dou mais a palavra a ninguém para nós votarmos este ponto. Ouça bem o que lhe vou dizer. Sim, porque a questão é essa, sou eu que dirijo os trabalhos, senão estamos aqui a manhã toda. Nós vamos apresentar o regulamento, vocês poderão participar, todos os partidos serão convidados a participar, porque este regulamento tem que ir para a frente. Agora, se o dinheiro fosse infinito, acreditem que eu não dava 30, dava 50, mas o dinheiro é finito, infelizmente. Eu não posso deixar de decidir entre educação, entre associações, há coisas que são primordiais: habitação, saúde, educação, mobilidade. Não posso continuar a dar os mesmos valores que foram dados o ano passado a certas associações, não estou a secundarizar, nem estou a desvalorizar, o caminho tem que mudar e vai mudar, mas para isso é claro que eu prefiro que isto fosse tudo baseado em cima do regulamento. A nossa prioridade? Executar o regulamento. Muito obrigado, vamos à votação. Não lhe dou a palavra sobre esta situação, entendeu senhora vereadora? Muito obrigado." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Este é um dia muito triste para Albufeira."-----

Senhor presidente: "É isso mesmo, não lhe estou a dar a palavra, não entendeu? Eu, na Câmara de Loulé, muitas vezes me diziam: - "O senhor vereador não tem a palavra." E eu calava-me, porque é uma questão, quem gere os trabalhos é o senhor presidente aqui nesta reunião, muito obrigado."-----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Está registado. Entregamos a declaração de voto no final."-----

Foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta.-----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor presidente, o senhor vice-presidente, a senhora vereadora Cristina Corado e o senhor vereador Rui Gago; abstiveram-se as senhoras vereadoras Cláudia Guedelha, Ana Oliveira e o senhor vereador Rogério Neto, que apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

"Os vereadores eleitos pela coligação "Ser Albufeira" abstiveram-se na votação deste ponto por considerarem que, tendo em conta a importância do evento para o concelho e o facto de conseguir atrair enoturismo com alguma qualidade, a verba, muito inferior à solicitada pela organização, não constitui um verdadeiro apoio à realização do evento com a qualidade que o mesmo merece na promoção do concelho, atendendo ao facto de que o concelho de albufeira tem três produtores vinícolas."-----

= AUDITÓRIO MUNICIPAL - ASSOCIAÇÃO MUSICAL EVENTOS CULTURAIS DE ALBUFEIRA - AMECA - ESPETÁCULO "O ENTRETENGA CONVIDA..." - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e sete de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"Através de documentação que se anexa à presente proposta, a entidade acima referida vem requerer a cedência do Auditório Municipal de Albufeira e os meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento, no dia 10 de outubro de 2026, para levar a efeito o espetáculo "O ENTRETENGA convida..." com o Grupo "O Semeador" de Portalegre.-----

CONSIDERANDO-----

- A disponibilidade do Auditório Municipal no dia e horário solicitado;-----
- Que o evento não está sujeito a receita de bilheteira;-----
- A importância da ação dos municípios na implementação, desenvolvimento e apoio a projetos de natureza artística, educativa e recreativa;-----
- A necessidade de se manter uma regularidade nas atividades culturais e no empenho



em desenvolver programas que fomentem o gosto e os hábitos culturais da população do concelho;-----

- *Que a Associação AMECA tem sede em Albufeira e é uma associação sem fins lucrativos, conforme escritura lavrada a 9 de setembro de 2005 (DR - n.º 199, de 17 de outubro de 2005, III Série);*-----
- *Que o presente pedido tem enquadramento ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal "O Município reserva-se o direito de ceder o A.M.A. gratuitamente, a terceiros para a realização de atividades, que considere de interesse público, sem receita de bilheteira, nomeadamente, quando promovidas por escolas do concelho, instituições de beneficência e associações sem fins lucrativos da área do concelho";*-----
- *Que o evento a levar a efeito visa a prossecução dos fins da entidade requerente, e, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, pode a pretensão requerida de isenção do pagamento das taxas de utilização do Auditório Municipal de Albufeira ser concedida;*-----
- *Que a alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;*----
- *Que a situação se enquadra nesta previsão legal.*-----

PROPONHO-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a cedência do Auditório Municipal de Albufeira, no dia 10 de outubro de 2026, à Associação AMECA, nos seguintes termos:-----

- *Isentar a entidade requerente do pagamento das taxas de utilização do Auditório Municipal de Albufeira, conforme disposto no Anexo II do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município - Auditório Municipal de Albufeira (Aviso n.º 23840/2024/2, DR 2.ª série - N.º 208 de 25 de outubro);*-----
- *Constituir responsabilidade da entidade requerente o cumprimento de todas as imposições legais necessárias à realização do evento e as determinadas pelo Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira (Regulamento n.º 640/2011, DR 2.ª Série - N.º 242 - 20 dezembro);*-----
- *Responsabilizar a entidade requerente pelo cabal cumprimento do disposto no Decreto-Lei 23/2014, de 14 de fevereiro, na atual redação;*-----
- *Informar que a lotação máxima do Auditório Municipal, de 341 lugares, deverá ser escrupulosamente respeitada, devendo a entidade requerente adotar os meios que*

permitam cumprir esta diretiva; -----

- *Cedência dos meios técnicos e humanos necessários ao funcionamento do Auditório, conforme as disponibilidades do Município;-----*
- *Cumprimento dos horários previstos." -----*

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO - ALBUFEIRA 2026 - FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS - IX DUATLO E CAMPEONATO DO ALGARVE E BAIXO ALENTEJO - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente, em trinta de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"O Futebol Clube de Ferreira através do documento em anexo, solicitou à Câmara Municipal de Albufeira apoio para a realização, e com apoio técnico da Federação de Triatlo de Portugal, no dia 25 de Abril de 2025, do IX Duatlo do Clube e campeonato do Algarve e Baixo Alentejo, na freguesia de Ferreira, com partida em Frente à Junta de Freguesia de Ferreira e chegada junto ao Estádio da Nora. -----

Considerando que: -----

- 1. A atribuição a Albufeira do título de "Cidade Europeia do Desporto 2026" implica a responsabilidade de desenvolver um calendário de iniciativas diversificado, que inclua grandes eventos e espetáculos desportivos, competições, atividades recreativas e programas dirigidos a todas as faixas etárias da população; -----*
- 2. É um evento inserido no programa de eventos da Cidade Europeia do Desporto - Albufeira 2026;-----*
- 3. Se trata de uma modalidade que está em crescendo ao nível de visibilidade e de número de praticantes; -----*
- 4. Este evento pretende reforçar o Calendário Desportivo Concelhio, nomeadamente em Ferreira, freguesia que tem registado um assinalável crescimento em termos de população residente;-----*
- 5. O evento segue uma linha de aposta em atividades desportivas como forma de promovermos o município de Albufeira nesta época do ano, de que são exemplo o "Crosse Internacional das Amendoeiras em Flor", a etapa de Albufeira da "Volta ao Algarve em Bicicleta", "Rota Albuhera" ou o "Albufeira Race Nature" ou as Festas do Basquetebol Juvenil; -----*
- 6. Será por isso um acontecimento desportivo de referência no País, que irá contribuir para a divulgação e promoção do Concelho, diversificando e alargando o mercado a outros segmentos e contribuindo para o enriquecimento da agenda do Município;-----*



7. *As realizações de provas desportivas contribuem para rentabilizar e dar a conhecer as potencialidades existentes no concelho, colocando-as ao serviço de objetivos de desenvolvimento económico e social;*-----
8. *O evento se enquadra na alínea u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; que confere a competência à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.*-----

Proponho que a Digníssima Câmara delibere aprovar: -----

- *O licenciamento do evento;*-----
- *A emissão da licença Especial de Ruído;* -----
- *A isenção do pagamento das respetivas taxas inerentes ao licenciamento da prova e da licença especial de ruído, conforme parecer da DJC;* -----
- *Acompanhamento do evento pela Proteção Civil;* -----
- *Empréstimo de 250 baias da DDJ e DTDEC;*-----
- *Empréstimo de 6 estrados para montagem de pódio, pela DTDEC;*-----
- *Empréstimo de 6 placas de sinalização de desvio de trânsito, pela DDJ;*-----
- *O empréstimo de 10 baldes do lixo pela DHUEV;* -----
- *Limpeza e reparação de todas as vias rodoviárias envolvidas no percurso que se encontram em mau estado, pela DHUEV e DAVGF;* -----
- *A cedência de 1500 metros de fita balizadora pela DDJ;* -----
- *Empréstimo de aparelhagem sonora com microfone sem fios e a presença de um técnico de eletricidade durante todo evento pela DEEM - Eletricidade;* -----
- *Autorização para colocação nos postes de eletricidade das vias onde se realiza a prova com informação com as condicionantes do trânsito entre os dias 17 e 28 de abril;*-----
- *Autorização para a tiragem a cores de 20 cópias A1 com as limitações do percurso e de 400 panfletos A5 com as condicionantes do trânsito para distribuição pelos moradores, na reprografia da Câmara;* -----
- *Inclusão dos participantes não federados nas provas, no seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil contratado pela autarquia;*-----
- *A divulgação da prova nos canais de comunicação à disposição da autarquia."* -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO - ALBUFEIRA 2026 - CONFEDERAÇÃO DE TREINADORES DE PORTUGAL - 13.º CONGRESSO DE TREINADORES

- PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente, em trinta de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"A Confederação de Treinadores de Portugal, através do documento em anexo, solicitou à Câmara Municipal de Albufeira apoio para a realização do 13.º Congresso de Treinadores, evento inserido no programa de eventos da CED - Albufeira 2026 para o dia 06 Junho 2026 no Auditório Municipal de Albufeira. -----

Considerando: -----

- 1. Que com a realização deste Congresso reforçamos o posicionamento como município promotor do conhecimento, qualificação e ética no desporto através duma ação de formação de prestígio alinhada com a candidatura Cidade Europeia do Desporto 2026; -----*
- 2. Que com este evento ampliamos a visibilidade nacional associada ao Desporto e ao desenvolvimento de Treinadores que são os principais motores e líderes no processo de Treino; -----*
- 3. Que através deste tipo de apoio e cooperação institucional, o Município de Albufeira, continuará na vanguarda do desporto de elite com a presença de formadores de renome que dão visibilidade à marca Albufeira; -----*
- 4. Reforça o posicionamento de Albufeira como destino de Turismo desportivo e eventos desportivos e formativos; -----*
- 5. Que Congresso de Treinadores está inserido como evento de referência na programação anual da Cidade Europeia do Desporto 2026; -----*
- 6. Que o evento se enquadra na alínea U, do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que confere à Câmara Municipal competência para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou de interesse para o Município; -----*
- 7. A presente cumpre:-----*
 - O estipulado no art.º 72.º do Sistema de Controlo Interno deste Município, conforme a documentação em anexo;-----*
 - O estabelecido na SECÇÃO VI - SUBVENÇÕES E BENEFÍCIOS PÚBLICOS, artigos 71.º a 73.º. -----*
- 8. A despesa, no valor de 30.000 € (trinta mil euros), resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e seis, através da rubrica com a Classificação Orgânica: 02/04.07.01; Projeto GOP n.º 2025/5132-6. -----*



Proponho que:-----

A digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a nível financeiro no valor de 30.000 € (trinta mil euros) para fazer face às despesas de organização do evento, devendo a entidade beneficiária apresentar ao Município de Albufeira toda a documentação que demostre a realização do evento em causa, através de documentos comprovativos da despesa da Confederação de Treinadores, através do 13.º Congresso de Treinadores a realizar no dia: 06 Junho 2026 inserido na programação anual da Cidade Europeia do Desporto - Albufeira26'.-----

Cedência: -----

- *Auditório Municipal de Albufeira - sala de espetáculos, camarins, instalações do bar piso -1, receção piso -1 e piso 0, bem como, pátio exterior (anfiteatro) para receção e almoço volante servido no dia do Congresso (6 Junho 2026): -----*
 1. *Montagens do Evento, 05 Junho 2026 das 10h00 às 17h00; -----*
 2. *Realização do 13.º Congresso de Treinadores, 06 Junho 2026, entre as 08:00h e as 21:00h, com a autorização para utilização da infraestrutura no seu todo, como a sala de espetáculos, camarins, instalações do bar piso -1, receção piso -1 e piso 0, bem como, pátio exterior (anfiteatro) para receção e almoço volante servido no dia do Congresso (6 Junho 2026) com a montagem de 2 tendas 3mx3m junto à entrada principal do Auditório Municipal de Albufeira; -----*
- *Serviço eletricidade DEEM:-----*
 1. *Equipa dos serviços de eletricidade presente no decorrer do dia das montagens (05 Junho 2026) das 10h00 às 17h00 e outro técnico presente todo o Congresso (06 Junho 2026) das 08h00 às 20h00; -----*
- *Serviço Informática DAIMA:-----*
 1. *Um técnico de informática presente no decorrer do dia das montagens (05 Junho 2026) das 10h00 às 17h00 e outro técnico presente todo o Congresso (06 Junho 2026) das 08h00 às 20h00;-----*
 2. *Dado este ser um evento transmitido em direto via Streaming será necessária ligação rede fixa DSI para transmissão Streaming do evento que garanta uma transmissão em direto estável, crucial para a imagem do Município de Albufeira; -----*
- *Divisão Higiene Urbana e Espaços Verdes - assegurar o serviço de limpeza durante o evento (06 Junho 2026 das 08h00 às 20h00), bem como, no dia das montagens (05 Junho das 10h00 às 17h00); -----*
- *Divisão de Turismo, Desenvolvimento Económico e Cultural - assegurar a presença de um técnico responsável pelo Auditório Municipal presente no decorrer do dia das*

montagens (05 Junho 2026) das 10h00 às 17h00 e outro técnico presente todo o Congresso (06 Junho 2026) das 08h00 às 21h00 para articulação com a organização dos espaços, bem como, de conduzir os responsáveis com as luzes, som e imagem do palco do Auditório;-----

- Divulgação do evento nos meios disponíveis do Município, conforme e nos termos da informação da DCRPRI;-----
- Disponibilização de 2 tendas de 3mx3m ou uma de 6mx3m para a zona do Catering exterior."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= CEDÊNCIA DE HABITAÇÃO - MILITARES DA MARINHA - VIGILÂNCIA APEADA E MOTORIZADA NAS DIVERSAS PRAIAS DE ALBUFEIRA ENTRE O PERÍODO DE 8 DE ABRIL A 15 DE OUTUBRO DE 2026 - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em trinta e um de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que:-----

- 1) No âmbito da vigilância das praias no concelho de Albufeira, a Autoridade Marítima Nacional reforçou o apoio com militares da Marinha, que irão efetuar vigilância apeada e motorizada nas diversas praias de Albufeira;-----
- 2) Surge a necessidade de alojar militares, de forma a estar mais próximo de Albufeira e permitir uma maior rentabilização dos meios envolvidos, uma vez que os militares, fazem parte da equipa que realiza vistorias motorizadas nas praias;-----
- 3) Em anos anteriores o Município colaborou neste âmbito com a Delegação Marítima de Albufeira;-----
- 4) Existe uma habitação - tipologia T1, disponível, pertencente ao Município, situada na Rua Latino Coelho, 58.º R/Chão - Rossio, Albufeira;-----
- 5) O apoio integra-se nas competências dos Municípios, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Proponho:-----

Que a digníssima Câmara Municipal de Albufeira delibere ceder temporariamente e de forma gratuita, a habitação situada na Rua Latino Coelho, 58.º R/Chão - Rossio, tipologia T1, de forma a apoiar no alojamento solicitado, entre o período de 8 de abril a 15 de outubro de 2026."-----

Senhor vereador Rui Gago: "Deixe-me só colocar a seguinte questão, não tem propriamente a ver com a celebração do protocolo com esta entidade, tem a ver é com a ocupação que esta habitação tem durante o resto do ano, ou seja, temos aqui uns



meses em que ela vai estar ocupada gratuitamente a esta entidade e nos outros meses do ano está ocupada? Está vazia? Por ser utilizada? Não pode ser utilizada? E já agora, aproveitando que é o início da época balnear, para quando é que está prevista, não é? Digo eu que será nestes dias, nos próximos dias." -----

Senhora vereadora Cristina Corado: *"Não lhe sei responder com exatidão relativamente a esta questão, sei que já houve casas também cedidas à GNR noutras ocasiões e foi durante o inverno, não sei se é exatamente a mesma casa. O que é certo é que nós estamos numa zona sazonal e até por estes serviços que a Marinha presta, a grande problemática da habitação ou falta dela é precisamente nos meses de verão."*----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

B - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E FINANÇAS

= PATRIMÓNIO - INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO - 2025 =

Foi apresentado o processo respeitante ao Inventário do Património do município relativo ao ano de 2025. -----

Instruía tal processo, uma informação com origem na Divisão de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, informação esta que continha o relatório e os valores patrimoniais referentes ao ano de 2025, os quais se dão por integralmente transcritos e dos quais fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo:-----

"De referir ainda que existe total reconciliação de valores e classificações financeiras entre a Divisão de Contratação Pública e Gestão Patrimonial e a Divisão Financeira desde o ano de início da aplicação do POCAL (2002) até ao exercício de 2019, bem como desde o exercício de 2020 (aplicação do SNC-AP) até ao exercício de 2025.-----

Submete-se à consideração superior a apreciação e deliberação referente ao encerramento do ano 2025 dos valores patrimoniais do Município."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação dos serviços, aprovar o Inventário reportado ao fecho do exercício de dois mil e vinte e cinco e remeter o documento à Assembleia Municipal para apreciação no âmbito das respetivas competências [alínea I) do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro]. -----

= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO RESPEITANTES AO ANO DE 2025 =

Foram apresentados os documentos de prestação de contas do município respeitantes ao ano de dois mil e vinte e cinco, verificando-se relativamente às Operações

Orçamentais (excluído de Operações de Tesouraria) o seguinte:-----

- Saldo Inicial: cinquenta milhões, quinhentos e setenta e sete mil, cento e vinte e nove euros e cinquenta e dois cêntimos; -----
- Receita Cobrada Líquida: cento setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e catorze euros e quarenta e três cêntimos. -----
- Despesa Paga: cento e vinte e oito milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e dez euros e trinta cêntimos; -----
- Saldo para a Gerência Seguinte: quarenta e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro euros e treze cêntimos.-----

O Saldo para a Gerência Seguinte incluindo Operações de Tesouraria foi de cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e quatro euros e noventa cêntimos. -----

Foi ainda apresentada a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, no montante de um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove euros e vinte e dois cêntimos, que deverá ficar transferido para Resultados Transitados. -----

Senhor vereador Rui Gago: *"Deixe-me só colocar a seguinte questão: no anexo 5 do modelo 17 e onde estão referenciadas as delegações de competências inter administrativas com as juntas de freguesia existentes no concelho. A celebração dos contratos inter administrativos foram efetuados em 07/10/2019 e o período de vigência seria durante o período de duração do mandato do órgão deliberativo, portanto, do município. Portanto, neste momento o órgão foi alterado, não é? Está prevista alguma revisão dos contratos inter administrativos com as juntas?" -----*

Senhor vice-presidente: *"É assim, nós agora estamos a processar os pagamentos relativamente a esse contrato, não é? Estamos a tratar agora de pagar estes meses iniciais, mas já fizemos reuniões com as juntas, já está tudo acordado para proceder ao contrato novo. Portanto, já está tudo acertado, os serviços agora estão a providenciar os contratos para serem assinados. Porque os contratos depois têm que ser aprovados na reunião do executivo, aqui na nossa, têm que ser aprovados na reunião do executivo das juntas de freguesia, nas assembleias de freguesia e posteriormente terá que ir à reunião da assembleia municipal também para ser aprovado. Portanto, está na fase só da assinatura, os contratos já estão todos, já chegámos a acordo com as freguesias todas, é só a questão agora da elaboração do contrato, está por dias, penso que, se calhar, até na próxima reunião já virá aqui precisamente os contratos-programa. Nós temos, se vocês não sabem, temos dois, temos o de delegação de competências e o*



inter administrativo. Portanto, somos das poucas câmaras do país que fazem dois contratos com as juntas de freguesia."-----

Senhor vereador Rui Gago: "Sei sim senhor, senhor vice vice-presidente, que eu trabalho para o município ao lado e presto serviços às juntas de freguesia no município ao lado, obrigado."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas do município respeitantes ao ano de dois mil e vinte e cinco, incluindo a proposta de aplicação de resultados e remeter o documento à Assembleia Municipal para apreciação no âmbito das respetivas competências [alínea l) do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro].-----

= RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO POR MOBILIDADE INTERNA NA MODALIDADE DE MOBILIDADE INTERCARREIRAS - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e sete de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"Considerando que:-----

- a) Para a prossecução das atribuições desta edilidade urge proceder-se ao recrutamento de um posto de trabalho da carreira / categoria de assistente técnico, área de atividade administrativa, de acordo com o previsto no mapa de pessoal para 2026;-----
- b) Compete ao órgão executivo deliberar relativamente ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de 2026 (n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 3, do art.º 10, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho).-----

Proponho,-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere autorizar:-----

O recrutamento por mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercarreiras, do posto de trabalho abaixo indicado:-----

Unidade Orgânica Flexível	N.º de Postos de Trabalho	Carreira / categoria	Atividade
Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas	1	Assistente técnico	Administrativa

Senhor vereador Rogério Neto: "A minha questão ou dúvida é: isto trata-se propriamente do quê? Porque se for mobilidade interna é uma competência da vereadora, não é competência da câmara. Se é para criar mais um posto de trabalho, é competência da câmara, mas tem que ser alterado o mapa de pessoal, não? Estou a dizer alguma asneira?" -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Era só para perceber se este... É o que o vereador Rogério disse e bem, se este ponto está considerado no mapa de pessoal, é uma competência da vereadora, só viria cá no final para a consolidação. Se é mais um lugar, tem que vir na revisão." -----

Senhor presidente: "Claro, claro, eu entendo perfeitamente. Vou ver se o Bispo me atende." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Porque geralmente só vem à câmara depois na consolidação da... Não é? Exato." -----

Senhor presidente: "É uma boa pergunta, claro. É uma boa questão, se o senhor chefe de divisão me atender ele vem cá." -----

Senhor vereador Rogério Neto: "Mas também podem votar e eu saio no ponto, se quiserem." -----

Senhor presidente: "Não, faz algum sentido? Ele vem cá para esclarecer. Ó doutor, desculpe lá chamá-lo, temos aqui um ponto, estamos aqui com uma dúvida. É relativamente aqui ao 14.1, não sei se está a par." -----

Senhor vereador Rogério Neto: "Se é mobilidade interna é competência da vereadora, porque é que vem à reunião de câmara?" -----

Senhor presidente: "Porque é que vem à reunião de câmara? Senão retira-se o ponto. Está aí o documento, é melhor você olhar para o documento. Pode sentar-se, sente-se e análise com calma." -----

Senhor Miguel Bispo (chefe da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição): "Sim." -----

Senhor presidente: "Senão a gente tira o ponto, não vale a pena, porque eu também não quero estar aqui a trazer coisas que são ilegais, como é lógico." -----

Senhor vereador Rogério Neto: "Não é ilegal." -----

Senhor presidente: "Estavas a dizer que ias sair, é porque deve ser ilegal." -----

Senhor vereador Rogério Neto: "Vocês pediram a delegação de competências em vós, a câmara deu-vos e agora vão trazer o ponto de volta à câmara?" -----

Senhor presidente: "Tens razão, eu não estou a reiterar, nem estou a afrontar-te, eu só acho é que se estivermos a cometer um erro, eu também não o quero cometer, é o



que eu estou a dizer, estás a perceber? Não é a minha área." -----

Senhor vereador Rogério Neto: "Se for isso não é ilegal." -----

Senhor presidente: "Está bem, mas temos de saber o que é, não é?" -----

Senhor Miguel Bispo (chefe da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição): "Trata-se de um procedimento concursal em que foram admitidos dois candidatos e houve a necessidade de submeter a deliberação da câmara a admissão de um terceiro candidato." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL

= TRANSPORTES ESCOLARES - AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA - ABRIL DE 2026 - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pela senhora vereadora Cristina Corado através do qual, invocando o previsto na alínea u) do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização de transportes solicitados pelos agrupamentos de escolas de Albufeira, para efetuar visitas de estudo/deslocações, durante o mês de abril de dois mil e vinte e seis.-----

A proposta continha um mapa das visitas de estudo a realizar durante o mês suprarreferido pelas entidades mencionadas, documento que se dá por integralmente transcrito, e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= TRANSPORTES ESCOLARES - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA POENTE - E.B. D. MARTIM FERNANDES - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em trinta de março último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Vem a Sra. Coordenadora das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente solicitar o pedido de transporte de 3 alunos e 1 adulto da EB D. Martim Fernandes à Escola Secundária de Albufeira no dia 15 de abril de 2026, com partida às 09h30 e regresso às 12h30. -----

Considerando -----

- O ofício remetido pelas diversas Direções Regionais de Educação que consideram a visita de estudo como fazendo parte de um conjunto de "estratégias quer de ensino/aprendizagem, quer de complemento e enriquecimento da ação educativa"; ----

- Que a alínea u) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----
- A informação positiva do Encarregado de Viaturas (SGDCMA/2026/22454). -----

Proponho que:-----

A Digníssima Câmara Municipal de Albufeira delibere autorizar a realização do transporte de 3 alunos e 1 adulto da EB D. Martim Fernandes à Escola Secundária de Albufeira, no dia 15 de abril de 2026."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

D - DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

= PROTOCOLOS - CONTRATO DE COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVO - SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - PARA PROCEDER À EMPREITADA PARA REMOÇÃO DE COBERTURAS DE FIBROCIMENTO E REABILITAÇÃO DO POSTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - DESTACAMENTO TERRITORIAL DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em trinta e um de março último, do seguinte teor: -----

"Considerando:-----

- a) Que se encontra pendente de celebração um contrato de cooperação interadministrativo a celebrar entre a Câmara Municipal de Albufeira e a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, tendente à reparação da infraestrutura adstrita ao Destacamento Territorial de Albufeira da Guarda Nacional Republicana, com a finalidade de proceder à seguinte empreitada: remoção de coberturas de fibrocimento e reabilitação do Posto da GNR - Destacamento Territorial de Albufeira; -
- b) Que, no decurso do referido fluxo administrativo, o cabimento, sob proposta dos serviços, foi autorizado por despacho de 24/03/2026;-----
- c) Que o referido contrato terá de ser celebrado, por indicação dos serviços, até 31 de março de 2026; -----
- d) Que, não sendo possível reunir a Câmara Municipal em tempo útil para decidir sobre o assunto, torna-se inviável o agendamento da referida deliberação em reunião de câmara, sendo necessário usar-se da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, para que seja sujeita a ratificação pela Câmara Municipal, na reunião seguinte. -----



Assim, no uso da competência que é conferida pelo n.º 3 do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 33 do mesmo diploma, determino:---

- 1. Aprovar a proposta dos serviços, e autorizar a celebração do contrato de empreitada para remoção de coberturas de fibrocimento e reabilitação do Posto da GNR – Destacamento Territorial de Albufeira, mediante contrato de cooperação interadministrativo a celebrar entre o Município de Albufeira e a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, no valor de 330.000,00€, com IVA incluído, aprovando-se, também, a respetiva minuta contratual; -----*
- 2. Que, existe dotação para a referida despesa que se encontra afeta a uma rubrica de classificação económica: 02/06.02.03.05, Proj.º AMR 2026/5006/4-7, com os números de cabimento 20728/2026 e EMP.30/2026-DEEM-10.04.TP.p638/2026; ---*
- 3. Autorizar, nos termos da minuta aprovada, a celebração do contrato; -----*
- 4. Que o presente despacho entra imediatamente em vigor; -----*
- 5. Que, em face da urgência manifesta e da impossibilidade objetiva de agendamento de reunião de câmara para efeitos da presente deliberação, seja usada da faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, sendo ratificado na primeira reunião de câmara seguinte."-----*

Este despacho fazia-se acompanhar do Contrato de Cooperação Interadministrativo nele referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos referentes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.

**E - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVICOS URBANOS
= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DA ARRIBA E
REQUALIFICAÇÃO DE MUROS ENTRE A PRAIA DOS PESCADORES E O HOTEL
SOL E MAR - TROÇO 2 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL -
INFORMAÇÃO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentada uma informação, com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, do seguinte teor: -----

"Tendo em conta o pedido efetuado pela entidade empreiteira para a prorrogação de prazo de conclusão, da Empreitada de Estabilização da Arriba e Requalificação de Muros entre a Praia dos Pescadores e o Hotel Sol e Mar - Troço 2, até 12 de março de 2026, informa-se:-----

– O prazo de conclusão da empreitada era de 150 dias; -----

- À consignação dos trabalhos foi em 13 de outubro de 2025; -----
- À conclusão da empreitada terminaria a 12 de março de 2026. -----

Assim:-----

Vem agora o empreiteiro solicitar prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos, pelo motivo de se terem verificado circunstâncias excepcionais que condicionaram o normal desenvolvimento da empreitada, designadamente, condições meteorológicas adversas e persistentes que assolaram o país. -----

Tempestades que causaram danos significativos. Esta situação teve impacto acrescido, atendendo à natureza marítima e exposição da frente de obra. -----

A crescer ao acima exposto, no âmbito do acompanhamento arqueológico obrigatório para a empreitada, verificou-se a existência de vestígios arqueológicos relevantes. Na sequência desta ocorrência, os trabalhos na zona afetada foram imediatamente suspensos e aguardam agora a pronúncia da CCDR Algarve - Unidade de Cultura, não sendo possível dar continuidade à execução dos trabalhos, naquela frente de obra até definição das medidas a adotar. -----

Tendo em conta o exposto, considera-se que a referida prorrogação não pode ser imputável ao empreiteiro e que a justificação invocada por este é aceitável, julga-se assim, ser razoável o pedido de prorrogação para a conclusão da empreitada até dia 29 de maio de 2026. -----

Propõe este serviço que seja concedido ao empreiteiro a prorrogação graciosa do prazo indicado." -----

Senhor vereador Rui Gago: "Deixem-me só colocar aqui uma questão relativamente a isto, percebi que existe aqui... A prorrogação de prazo vai ser concedida, não é? Ou vem aqui para nós votarmos ser concedida ou não? Tem a ver com a questão das condições atmosféricas e está relacionado aqui também com a questão de achados arqueológicos, se bem percebi, que se encontraria a aguardar uma resposta, penso eu, da CCDR Algarve. Esta questão encontra-se ultrapassada? Aguardamos ainda resposta? Isto vai provocar com que a obra fique parada algum tempo? Poderá avançar?" -----

Senhor presidente: "Não me disseram que a obra tinha que ficar parada, mas eu vou ligar aqui ao engenheiro Valter, que ele é que está em cima dessa situação. Estamos à espera da pronúncia, mandou-se agora em abril o tal estudo geral."-----

Senhor vereador Rui Gago: "É que naquela zona da cidade, acesso à baixa, zona de hotelaria, restauração."-----

Senhor presidente: "Pois, tem que se falar com a CCDR." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação dos



serviços mandar proceder nos precisos termos nela sugeridos. -----

= APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA =

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o senhor presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da ata em minuta. -----

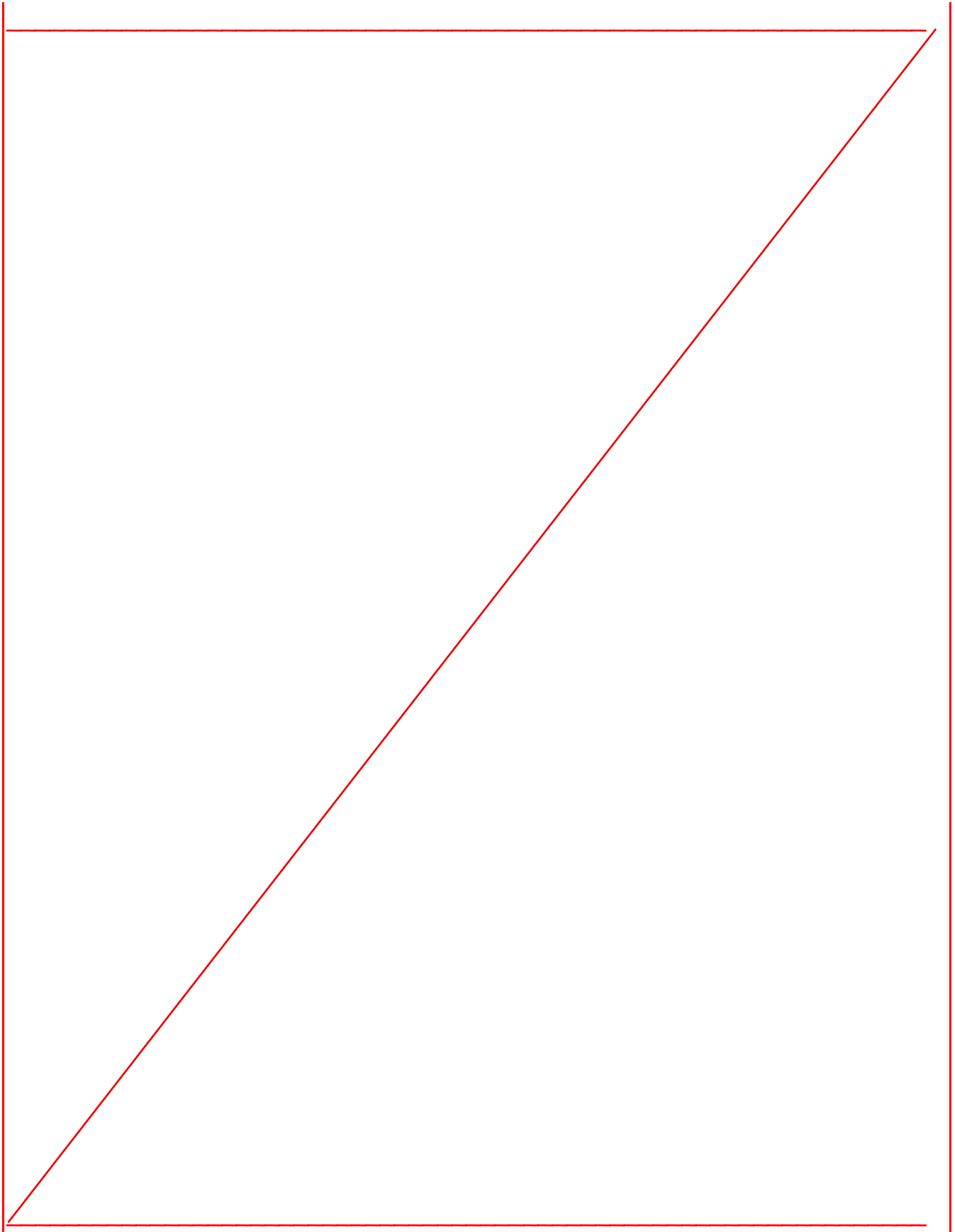
Tendo sido deliberado, por unanimidade, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade. -----

= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

= ENCERRAMENTO =

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas onze horas e cinquenta minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Nélia da Conceição Palma Lourenço, diretora do Departamento de Gestão e Finanças, que secretariei. -----



7 de abril de 2026